



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**DIFICULDADES ENCONTRADAS POR PROFESORES NO PROCESSO DA
INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL
DE SALINÓPOLIS-PA**

JORGIANE DO SOCORRO SOUZA SANTOS

Asunción – PY

2019

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**DIFICULDADES ENCONTRADAS POR PROFESSORES NO PROCESSO DA
INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL
DE SALINÓPOLIS-PA**

JORGIANE DO SOCORRO SOUZA SANTOS

Asunción – PY

2019

JORGIANE DO SOCORRO SOUZA SANTOS

**DIFICULDADES ENCONTRADAS POR PROFESSORES NO PROCESSO DA
INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL
DE SALINÓPOLIS-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eraldo Pereira Madeiro

Asunción – PY

2019

Santos, Jorgiane Souza.

Dificuldades encontradas por professores no processo da inclusão de alunos com deficiência em uma escola municipal de Salinópolis-pa – Salinópolis, 2019.

Orientador: Profº Dr. Eraldo Pereira Madeiro. Trabalho de conclusão de curso (MESTRADO) -Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS –, 2019.

1.Educação inclusiva. 2. Deficiência. 3. Transtorno de Aprendizagem.
I. Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS –, 2019. II.
Título.

JORGIANE DO SOCORRO SOUZA SANTOS

**DIFICULDADES ENCONTRADAS POR PROFESSORES NO PROCESSO DA
INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL
DE SALINÓPOLIS-PA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eraldo Pereira Madeiro – orientador
Universidade Estadual do Tocantins

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Pinto – membro externo
Universidade Estadual do Pará

Prof. Dra. Susana Marília Barbosa Galvão - membro
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

Prof. Dr. Ismael Fenner – membro
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

Asunción – PY

2019

EPIGRAFE

Inclusão não quer dizer absolutamente que somos todos iguais, mas é reconstruir nossa mentalidade.

Mantoan.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que nos deu a vida e está sempre presente em nossos caminhos e pela oportunidade de concluir este trabalho.

Aos meus queridos pais, grandes educadores, que desde cedo mostraram o valor da vida e o compromisso de vivê-la de forma intensa, com vigor e sabedoria de um peregrino que sempre está em busca de novos caminhos.

Ao meu orientador, pela dedicação, conhecimento, esforços, comprometimento e exemplo de profissionalismo repassado durante a realização deste Trabalho de Conclusão do Mestrado.

Aos meus familiares e amigos de turma que ao decorrer da realização desta pesquisa nos incentivaram, colaboraram e pacientemente souberam compreender o nosso desenvolvimento na elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de fazer uma abordagem e refletir sobre as dificuldades encontradas por professores no processo da inclusão de alunos com deficiência em uma escola Municipal de Salinópolis-pa. Dessa forma, para a realização da pesquisa utilizou-se a metodologia qualitativa e quantitativa. A inclusão escolar de alunos com deficiências na rede de ensino regular é tema de diversos estudos e ações, uma vez que, a legislação garante o acesso de todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Entretanto, existem vários fatores que dificultam esse processo. Embasado nos conhecimentos em neurociência, através da Neuropsicopedagogia um novo campo de atuação que auxilia no entendimento desses transtornos de linguagem que envolve a fonética e a escrita, sendo a linguagem usada cotidianamente, porém bastante comuns e despercebidos por falta de conhecimento, bem como nos possibilita uma visão diferenciada e bem mais detalhada desta realidade, diante dos desafios atua no desenvolvimento físico, intelectual, psicológico e social do ser humano. Todo o estudo tem base teórica em livros, pesquisas e artigos científicos que possibilitem uma boa qualidade bibliográfica no meio educativo, como forma de tornar compreensível novas possibilidades de aprendizagens.

Palavras-chave: Educação Inclusão, Deficiência, Transtornos de Linguagem;

ABSTRACT

This work aims to take an approach and reflect on the difficulties encountered by teachers in the process of inclusion of students with disabilities in a municipal school in Salinópolis-pa. Thus, the qualitative and quantitative methodology was used to carry out the research. The school inclusion of students with disabilities in the regular school system is the subject of several studies and actions, since the legislation guarantees access for all children regardless of their physical, intellectual, social, emotional, linguistic or other conditions. However, there are several factors that make this process difficult. Based on the knowledge in neuroscience, through Neuropsychology a new field of action that assists in the understanding of these disorders of language that involves phonetics and writing, being the language used everyday, but rather common and unnoticed by lack of knowledge, as well as enables us a differentiated and much more detailed vision of this reality, faced with the challenges involved in the physical, intellectual, psychological and social development of the human being. The whole study has a theoretical basis in books, research and scientific articles that allow a good bibliographical quality in the educational environment, as a way of making new learning possibilities comprehensible.

Keywords: Education Inclusion, Disability, Language Disorders;

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo adoptar un enfoque y reflexionar sobre las dificultades encontradas por los maestros en el proceso de inclusión de estudiantes con discapacidades en una escuela municipal en Salinópolis-pa. Así, se utilizó la metodología cualitativa y cuantitativa para llevar a cabo la investigación. La inclusión escolar de estudiantes con discapacidades en el sistema escolar regular es el tema de varios estudios y acciones, ya que la legislación garantiza el acceso de todos los niños, independientemente de sus condiciones físicas, intelectuales, sociales, emocionales, lingüísticas u otras. Sin embargo, hay varios factores que dificultan este proceso. Basado en el conocimiento en neurociencia, a través de la neuropsicología, un nuevo campo de acción que ayuda en la comprensión de estos trastornos del lenguaje que involucran la fonética y la escritura, siendo el lenguaje usado todos los días, pero más bien común e inadvertido por la falta de conocimiento, y que también nos permite una visión diferenciada y mucho más detallada de esta realidad, frente a los desafíos que implica el desarrollo físico, intelectual, psicológico y social del ser humano. Todo el estudio tiene una base teórica en libros, investigaciones y artículos científicos que permiten una buena calidad bibliográfica en el entorno educativo, como una forma de hacer comprensibles las nuevas posibilidades de aprendizaje.

Palabras clave: inclusión educativa, discapacidad, trastornos del lenguaje;

LISTA DE SIGLAS

ASCON- Assessoria de Comunicação

CEE- Centro de Educação Especial

CENESP- Centro Nacional de Educação Especial

ECA- Estatuto Da Criança e do Adolescente

LDB- Lei diretrizes e bases LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação ONG - Organização Não Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

PND- Plano de Desenvolvimento da Educação

PNE-- Plano Nacional de Educação

PNEE- Política Nacional de Educação Especial

SECULT - Secretaria Municipal da Educação, Esporte, Cultura e Lazer.

SEESP- Secretaria de Educação Especial

SRM- Sala de Recursos Multifuncional

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Problemática.....	17
1.2 Objetivo Geral.....	18
1.3 Objetivos Específicos.....	18
1.4 Justificativa da Pesquisa.....	18
2. REFERENCIAL TEORICO.....	20
2.1 Educação Inclusiva.....	20
2.2 Definindo o papel da Educação Especial.....	23
2.3 Conhecendo as deficiências: Auditiva, Visual, Física, Intelectual e Múltipla....	30
2.4 Importância da Sala Recursos Multifuncionais.....	36
2.5 Atendimento Educacional Especializado-AEE.....	39
2.6 Público Alvo do Atendimento Educacional Especializado-AEE.....	40
2.7 Professor do Atendimento Educacional Especializado-AEE.....	41
3. TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM.....	43
3.1 Transtornos Globais do desenvolvimento.....	43
3.2 Transtorno de Aprendizagem.....	46
3.3 Transtornos de Linguagem	51
3.4 Tipos de Transtornos de Linguagem.....	52
3.5 Transtornos desintegrativo da infância.....	55
4. PERCURSO METODÓLOGICO.....	58
4.1 Tipo de estudo.....	58
4.2 Campo de estudo.....	58
4.3 Coleta de dados.....	62
5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	64
5.1 Processo De Análise.....	64
5.2 Opinião dos Educadores da Escola Pesquisada.....	69
5.3 A escola como meio para vida.....	71
6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	74
REFERÊNCIAS.....	81
ANEXO.....	86

1. INTRODUÇÃO

Há pouco mais de uma década no final do século XX e início do XXI surge a lei que regulamenta uma educação igualitária para todos. Nos dois últimos séculos pôde-se observar a significativa mudança em vários aspectos, culturais, sociais e outros, a respeito da deficiência e sobre a inclusão. No século XXI, as mudanças criam novos desafios, não se pode olhar mais a educação com uma expectativa de educação inclusiva, pois ela já está inserida neste contexto. Precisamos ter olhares que se voltem em como atender de maneira diferenciada e mais adequada a todos os indivíduos dentro do ambiente escolar, utilizando práticas de ensino que melhor contemple a cada um. Ter a sensibilidade que os conteúdos são comuns a todos, mas a metodologia de trabalho deve estar em sintonia com práticas que considerem o indivíduo como ser único, capaz de aprender independente de suas limitações.

A educação, mesmo que numa primeira vista não pareça, sempre está conectada a mudanças, a reorganizações, a reaprendizagens, a novos olhares. Na mesma dimensão que o mundo vem se transformando, a educação também se encontra em constantes buscas. Os cursos voltados à área educacional são muito importantes e têm demonstrado significativos avanços; profissionais da área têm se dedicado, e buscam dentro de suas possibilidades se manterem atualizados, pois não satisfaz apenas ter o conhecimento, é necessário que estes profissionais saibam interagir com ele. O campo da Educação Inclusiva é uma das grandes referenciais na mudança educacional da última década, que vem proporcionando mudanças significativas na forma de perceber o funcionamento cerebral. As contribuições provindas como, por exemplo, das Neurociências despertaram interesse de vários seguimentos e entre estes a, educação, no sentido da maior compreensão de como se processa a aprendizagem em cada indivíduo. Assim apresenta profissionais que utiliza conhecimentos das “Neurociências” para atender as especificidades dos educandos, frente às síndromes, os distúrbios e os transtornos da aprendizagem, mas em particular citaremos os transtornos de linguagem, que causam dificuldades diferenciadas nos estudantes no processo de desenvolvimento e de aquisição da leitura e da escrita.

Para maior entendimento deste processo, se faz necessário que os profissionais envolvidos tenham bem claro que as ações comportamentais de seus educandos provêm de atividades cerebrais dinâmicas e que os conhecimentos

das neurociências contribuem para que sejam elaboradas atividades que desenvolvam tais funções.

Dentro desse estudo, se falará de linguagem, Transtornos de Linguagem, do Neuropsicopedagogo e da Neuropsicopedagogia um dos campos das Neurociências, suas possíveis contribuições para a área educacional, bem como a contextualização da sua relação com o processo ensino-aprendizagem.

Contextualizando essa perspectiva em nosso município, ouve-se muito falar sobre inclusão social, que nada mais é que trazer aquele que é excluído socialmente por algum motivo, para uma sociedade mais participativa em todos os aspectos e dimensões da vida. Infelizmente, pode-se dizer que inclusão é um tema distante da realidade social tanto em nosso município como no restante do país.

Baseado nas pesquisas de observação em loco e conversas realizadas relacionadas ao tema observou-se que as políticas públicas direcionadas para as pessoas com deficiência ainda deixam muito a desejar, na realidade existe um conjunto de leis, mas a prática torna-se ainda muito distante da realidade, pois ter direito não basta, é o exercício do direito que garante a cidadania.

Assim os órgãos públicos e privados são obrigados a tomar medidas que visam à implantação de acessibilidade, cuja finalidade é a de promover a inclusão de grupos notoriamente discriminados, possibilitando-lhes o acesso aos espaços sociais e direitos fundamentais, com vistas à realização da efetiva igualdade constitucional.

Portanto percebe-se a necessidade de adaptações e de vontade política por parte dos governos e por parte de toda a sociedade, bem como, a conscientização para essa nova realidade, que é a inclusão social e educacional. Até o momento foi superada a dificuldade inicial de inserção do portador de deficiência na sociedade, e pode-se ver nitidamente que são capazes de contribuir em várias funções.

Nesse sentido a cidadania é exercida quando se vê na sociedade a necessidade de agir e contribuir de forma participativa, provando que reconhecemos a responsabilidade social. É muito comum jogarmos a culpa de tudo que nos acontece na sociedade. Para que aconteça a superação do preconceito com os portadores de necessidades especiais deve-se mudar a imagem associada a eles.

Então a conscientização da população é muito importante, porém não é o suficiente. É fundamental que o poder público e privado faça mais investimentos no sentido de possibilitar melhorias na formação contínua de profissionais e especialistas na área, e nos recursos oferecidos aos portadores.

Assim a prática é importante, mas sozinha, não responde às necessidades diárias dos portadores com suas individualidades e diversidades. É necessário o confronto crítico e reflexivo entre prática e teoria para entendimento da complexidade que envolve a mudança de postura para adequação às necessidades especiais. É necessário perceber a importância da inclusão dos portadores de deficiência como um cidadão que soma como indivíduo na sociedade e tira a imagem de desamparo dentro de si, acreditar na sua cidadania.

Dando ênfase aos espaços físicos em lugares públicos e privados em Salinópolis, em regra geral geram-se barreiras às pessoas portadoras de deficiências ou àqueles que tenham a mobilidade reduzida. Nesta realidade a acessibilidade é uma condição social, diante disto, observamos que os projetos arquitetônicos públicos e privados necessitam de adequações.

No município de Salinópolis assim como em todo Brasil iniciou-se um processo de inclusão de alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas e privado. Portanto para este processo foram implantadas políticas públicas em todas as esferas de governo para um melhor atendimento a esses educandos, com legislações específicas. Diante de tais processos procuramos investigar que medidas foram adotadas? Quais estão sendo implantadas? Quais os principais problemas enfrentados? Como a sociedade absorveu essas mudanças? O que se pretende através de o texto elencar as formas de deficiências e transtornos de linguagem, bem como listar as causas e as consequências que são submetidos os portadores. Torna-se também relevante ao elucidar os fatores que contribuíram para o desenvolvimento dessas, bem como devemos proceder com o seu tratamento e onde buscá-lo.

Afinal o que mudou na vida dos educandos e na vida da comunidade escolar Municipal de Salinópolis, na qual focamos na Escola Municipal José Ribamar Barros Monteiro quais os desafios tanto a comunidade quanto o poder público ainda precisam enfrentar para a melhoria tanto na oferta quanto na qualidade de ensino a esse público.

O AEE complementa ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola comum e fora dela. O atendimento

Educacional especializado com a Sala de Recursos é uma alternativa de atendimento a educandos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) que frequentam a classe regular e recebem atendimento complementar em local especial, com professor especializado, material e recursos pedagógicos adequados.” (MEC/SEESPE,1994).

Então propiciando situações de aprendizagem que busquem minimizar as dificuldades do educando com NEE, e atender principalmente as necessidades específicas do educando com NEE, atuando em nível de pequenos grupos ou por meio de planos educacionais individualizados.

Na escola poucas modificações nos espaços físicos são implantadas mais sem nenhum critério técnico e não há manutenção. Porém vale lembrar que acessibilidade não se restringe apenas a uma rampa ou porta com largura adequada, mas principalmente a questão de atitude e reconhecimento da diversidade humana e que as pessoas com deficiência são pessoas dotadas de qualidades, virtudes, sentimentos, desejos e que não necessitam de piedade e sim de oportunidade.

Ao analisarmos essas dificuldades, sentimos a necessidade de sensibilizar a comunidade escolar e gestores municipais, para os problemas enfrentados por alunos que necessitam de AEE, analisando a importância de política pública e sua contextualização com a política educacional inclusiva.

Neste cenário, é importante a conscientização da comunidade escolar José Ribamar Barros Monteiro a respeito da melhoria da qualidade escolar em que, os cidadãos devem ser multiplicadores de informações para garantir a segurança e os direitos de todos. São direitos básicos que não estão sendo respeitados. Todos os locais públicos precisam estar acessíveis e não por força de leis, mas por convicção de uma comunidade consciente, do respeito ao próximo.

Atualmente a inclusão escolar de alunos com deficiências na rede de ensino regular é tema de diversos estudos e ações, uma vez que, a legislação garante o acesso de todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Entretanto, existem vários fatores que dificultam esse processo que vai desde a formação dos professores, que pouco contribui para desenvolvimento de docentes habilitados para lidar com estudantes que apresentam deficiência até mesmo a infraestrutura das escolas, carência de materiais didáticos para o trabalho pedagógico entre outros. Diante de essa realidade a pesquisa objetiva questionar as dificuldades encontradas pelos

professores no trabalho com alunos com deficiência em duas escolas no município de Salinópolis-Pará. Para a coleta de dados foi empregado um questionário semiestruturado. Os resultados mostraram que as principais dificuldades referiram-se desde a ausência de políticas públicas eficientes voltadas para a inclusão até a formação dos docentes.

Atualmente a inserção de alunos deficientes em classes regulares de ensino já faz parte da realidade de muitas escolas de todo o país. Entretanto muitas são as dificuldades encontradas por profissionais da educação, no processo de inclusão de alunos deficientes a começar pela infraestrutura das maiorias das escolas que possuem pouca acessibilidade, carência de materiais didáticos e a formação dos professores.

Assim percebe-se que é de fundamental importância trazer para a discussão essa temática, pois possibilita o entendimento dos aspectos que dificultam o processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiências no ensino regular. Dessa forma esta pesquisa que surgiu de nossa inquietação a respeito das dificuldades encontradas no processo de inclusão educacional de alunos com deficiência no ensino regular, buscou-se questionar, quais são as dificuldades encontradas por professores no processo da educação inclusiva no município de Salinópolis -Pará, já que, existem vários fatores que dificultam o processo de inclusão educacional nas maiorias das escolas de todo o país.

1.1 Problemática

A educação brasileira vem sofrendo influências que dificultam o seu desenvolvimento, e existem muitas variáveis que estão na base do processo de ensino e aprendizagem na sala de aula, em especial da ação docente e seu impacto direto sobre o ensino dos alunos portadores de necessidades especiais em suas aulas sua prática metodológica, especialmente, em ministrar os mesmos conteúdos para alunos comuns e alunos inclusos. E, claramente, isso nos leva a pensar sobre as condições em que este ensino é estruturado de pensamento particular. Apesar de existirem estratégias didáticas e pedagógicas que facilita nas possíveis dificuldades que os educadores encontram para incluírem os alunos portadores de necessidades.

Desse modo, o presente estudo torna-se relevante propor uma análise e a reflexão no modo como os professores trabalham com a inclusão, buscando

pontuar as dificuldades encontradas por professores no processo da inclusão de alunos com deficiência em uma escola municipal de Salinópolis-pa, alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas e privado. Portanto para este processo foram implantadas políticas públicas em todas as esferas de governo para um melhor atendimento a esses educandos, com legislações específicas. Diante de tais processos procuramos investigar que medidas foram adotadas? Quais estão sendo implantadas? Quais os principais problemas enfrentados? Como a sociedade absorveu essas mudanças? O que se pretende através de o texto elencar as formas de deficiências e transtornos de linguagem, bem como listar as causas e as consequências que são submetidos aos portadores. Torna-se também relevante ao elucidar os fatores que contribuíram para o desenvolvimento dessas, bem como devemos proceder com o seu tratamento e onde buscá-lo.

1.2 Objetivo Geral

- ✓ Possibilitar a compreensão do sentido da inclusão de uma cultura de convivência com as diferenças e as exigências legais da Educação Inclusiva.

1.3 Objetivos Específicos

- ✓ Aprofundar e ampliar a abordagem da inclusão, envolvendo aspectos da diversidade, tais como: necessidades educacionais especiais;
- ✓ Apreender a realidade que nos cerca, para que quando se faça necessário, possamos modifica lá, com o intuito de contribuir para o bem estar de nossos alunos.
- ✓ Elucidar o cotidiano escolar e o trato dos alunos com necessidades educacionais especiais, por parte da escola.

1.4 Justificativa da Pesquisa

Atualmente a inclusão escolar de alunos com deficiências na rede de ensino regular é tema de diversos estudos e ações, uma vez que, a legislação garante o acesso de todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Entretanto, existem vários fatores que dificultam esse processo que vai desde a formação dos professores, que pouco contribui para desenvolvimento de docentes habilitados para lidar com estudantes que apresentam deficiência até mesmo a infraestrutura

das escolas, carência de materiais didáticos para o trabalho pedagógico entre outros. Diante de essa realidade a pesquisa objetiva questionar as dificuldades encontradas pelos professores no trabalho com alunos com deficiência em duas escolas no município de Salinópolis-Pará. Para a coleta de dados foi empregado um questionário semiestruturado. Os resultados mostraram que as principais dificuldades referiram-se desde a ausência de políticas públicas eficientes voltadas para a inclusão até a formação dos docentes.

Atualmente a inserção de alunos deficientes em classes regulares de ensino já faz parte da realidade de muitas escolas de todo o país. Entretanto muitas são as dificuldades encontradas por profissionais da educação, no processo de inclusão de alunos deficientes a começar pela infraestrutura da maiorias das escolas que possuem pouca acessibilidade, carência de materiais didáticos e a formação dos professores.

Assim percebe-se que é de fundamental importância trazer para a discussão essa temática, pois possibilita o entendimento dos aspectos que dificultam o processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiências no ensino regular.

Dessa forma esta pesquisa que surgiu de nossa inquietação a respeito das dificuldades encontradas no processo de inclusão educacional de alunos com deficiência no ensino regular, buscou-se questionar, quais são as dificuldades encontradas por professores no processo da educação inclusiva no município de Salinópolis -Pará, já que, existem várias fatores que dificultam o processo de inclusão educacional na maiorias das escolas de todo o país.

2. REFERENCIAL TEÓRICO.

Após a Declaração de Salamanca (1994), cresce cada vez mais o número de pesquisas e ações abordando temas sobre a inclusão escolar (SANT'ANA, 2005). Segundo a Declaração de Salamanca todos os estudantes com deficiência ou altas habilidades/superdotação devem ter acesso à escola regular. A declaração ressalta ainda a importância de uma escola inclusiva que proporcione um ambiente favorável para esses alunos, onde os mesmo possam ter à aquisição de igualdade de oportunidade e participação de todas as crianças de forma a aprenderem juntas, independente das possíveis dificuldades ou diferenças que as mesmas possam ter. Dessa forma o princípio norteador da Declaração de Salamanca diz que:

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir crianças deficientes ou superdotadas; crianças que vivem nas ruas, e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (BRASIL, 1994).

Sendo assim a proposta da educação especial na perspectiva da educação Inclusiva visa garantir os direitos de alunos com deficiência a compartilhar do mesmo espaço nas turmas comuns do ensino regular e na sua interação no contexto educacional, uma vez que, a trajetória da inclusão escolar no Brasil nos mostra que historicamente a escola se caracterizou pela visão da educação que demarca “a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social”(BRASIL,2008, p.6).

2.1 Educação Inclusiva

De acordo com o Ministério de Educação (MEC), nessa perspectiva, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão demonstra que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que transcorrem todos os níveis, etapas e modalidades de educação e, que nos dias atuais se estrutura como serviços de apoio e atendimento as necessidades específicas dos educandos para o acesso e sucesso destes nas classes comuns de ensino. A

educação inclusiva pautada no Atendimento Educacional Especializado, está voltada para a promoção de acessibilidade, bem como na elaboração e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos.

Portanto a ideia é que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular. O objetivo da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma espécie de deficiência. Considerando as suas necessidades específicas, espera-se que os resultados sejam positivos no que tange o cumprimento das leis e na plena inserção de alunos com deficiências no sistema escolar e na sociedade, proporcionando socialização, e acima de tudo, apropriação do conhecimento.

Nos dois últimos séculos pôde-se observar significativa mudança em vários aspectos, culturais, sociais e outros, a respeito da deficiência e sobre a inclusão. Infelizmente fenômenos culturais como a ignorância, superstição e preconceito ainda contribuem para a marginalização e exclusão das pessoas com diferenças, impedindo o desenvolvimento pleno do exercício da cidadania. Contextualizando essa perspectiva em nosso município, ouve-se muito falar sobre inclusão social, que nada mais é que trazer aquele que é excluído socialmente por algum motivo, para uma sociedade mais participativa em todos os aspectos e dimensões da vida. Infelizmente, pode-se dizer que inclusão é um tema distante da realidade social tanto em nosso município como no restante do país.

Baseado nas pesquisas de observação em loco e conversas realizadas relacionadas ao tema observou-se que as políticas públicas direcionadas para as pessoas com deficiência ainda deixam muito a desejar, na realidade existe um conjunto de leis, mas a prática torna-se ainda muito distante da realidade, pois ter direito não basta, é o exercício do direito que garante a cidadania.

Os órgãos públicos e privados são obrigados a tomar medidas que visam à implantação de acessibilidade, cuja finalidade é a de promover a inclusão de grupos notoriamente discriminados, possibilitando-lhes o acesso aos espaços sociais e direitos fundamentais, com vistas à realização da efetiva igualdade constitucional.

É possível visualizar essa situação por dois ângulos, dificuldades e vantagens em ter um portador de deficiente como um funcionário, que por um lado torna-se necessário para acabar com o preconceito da sociedade, pois ainda, não

se vê preparada para tratar dos limites e diferenças do outro. Percebe-se a necessidade de adaptações e de vontade política por parte dos governos e por parte de toda a sociedade, bem como, a conscientização para essa nova realidade mundial, que é a inclusão social e educacional. Até o momento foi superada a dificuldade inicial de inserção do portador de deficiência na sociedade, e pode-se ver nitidamente que são capazes de contribuir em várias funções em uma empresa e prosseguir profissionalmente.

Por outro lado veem-se inúmeras vantagens, e uma delas é quando uma empresa oferece oportunidade ao portador de deficiência física no quadro de funcionários, a empresa é bem aceita pela sociedade e ao âmbito comercial, por transparecer o interesse na responsabilidade social.

A cidadania é exercida quando se vê na sociedade a necessidade de agir e contribuir de forma participativa, provando que reconhecemos a responsabilidade social. É muito comum jogarmos a culpa de tudo que nos acontece na sociedade. Para que aconteça a superação do preconceito com os portadores de necessidades especiais deve-se mudar a imagem associada a eles. A conscientização da população é muito importante, porém não é o suficiente. É fundamental que o poder público e privado faça mais investimentos no sentido de possibilitar melhorias na formação contínua de profissionais e especialistas na área, e nos recursos oferecidos aos portadores.

A prática é importante, mas sozinha, não responde às necessidades diárias dos portadores com suas individualidades e diversidades. É necessário o confronto crítico e reflexivo entre prática e teoria para entendimento da complexidade que envolve a mudança de postura para adequação às necessidades especiais. É necessário perceber a importância da inclusão dos portadores de deficiência como um cidadão que soma como indivíduo na sociedade e tirar a imagem de desamparo dentro de si, acreditar na sua cidadania.

Dando ênfase aos espaços físicos em lugares públicos e privados em Salinópolis, em regra geral geram-se barreiras às pessoas portadoras de deficiências ou àqueles que tenham a mobilidade reduzida. A acessibilidade é uma condição social, diante disto, observamos que os projetos arquitetônicos públicos e privados necessitam de adequações.

Neste cenário, é importante a conscientização dos profissionais e da sociedade a respeito da melhoria da qualidade de vida a população em geral, os cidadãos devem ser multiplicadores de informações para garantir a segurança e

os direitos de todos. São direitos básicos que não estão sendo respeitados. Todos os locais públicos e privados precisam estar acessíveis e não por força de leis, mas por convicção de uma sociedade consciente, do respeito ao próximo. As poucas modificações nos espaços físicos são implantadas sem nenhum critério técnico e não há manutenção. Porém vale lembrar que acessibilidade não se restringe apenas a uma rampa ou porta com largura adequada, mas principalmente a questão de atitude e reconhecimento da diversidade humana e que as pessoas com deficiência são pessoas dotadas de qualidades, virtudes, sentimentos, desejos e que não necessitam de piedade e sim de oportunidade. A vida é um presente de Deus que devemos agradecer e usufruir dessa maravilha, independente da condição física social mental ou econômica.

2.2 Definindo o Papel da Educação Especial

O conceito de educação inclusiva surgiu a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca, e também com o termo necessidades educativas especiais, que veio substituir o termo criança especial, termo anteriormente utilizado para designar uma criança com deficiência. Porém, este novo termo não se refere apenas às pessoas com deficiência, este engloba todas e quaisquer necessidades consideradas diferentes e que necessitem de algum tipo de abordagem específica por parte de instituições.

Analisando brevemente a história da educação do Brasil verificou-se um grande vazio deixado pela ausência de políticas públicas destinadas a formação de professores. E isso ocorre primeiramente porque segundos registros históricos a legislação educacional brasileira foi implantada somente no século XIX, enquanto que em outros países esses registros tendem a surgir deste do século XVIII. Com o século de atraso em relação a outros países a legislação educacional implantada conseguiu fundar a primeira escola normal brasileira cujos registros espaçam entre 1833 a 1835.

Mais o ensino normal era desprestigiado e ofício de professor não foi bem aceito pela sociedade da época, pois não havia pessoas interessadas em atuar nesta profissão em decorrência dos baixos rendimentos oferecidos e pela falta de compreensão acerca da própria necessidade de formação específica para o exercício do magistério da educação elementar.

Já no século XX percebe-se uma melhor estruturação no sistema de educação brasileiro, já que em 1930 foi criado o então Ministério da Educação e Saúde Pública outorgando o Estatuto das Universidades Brasileiras, trazendo a possibilidade da criação de uma Faculdade de Letras, Ciências e Educação.

Vários outros progressos foram registrados como: a Universidade do Distrito Federal que foi a primeira instituição a manter cursos superiores de formação de professores primários. Em 1937 formam-se os primeiros professores secundários licenciados em nível superior do Brasil, sendo oriundos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Há também a regulamentação de funcionamento da Faculdade de Educação vinculada à Universidade do Brasil, constituindo um curso de Pedagogia com dupla função, a formação de bacharéis e de licenciados.

E em 1946, foi instituída a “Lei Orgânica do Ensino Normal”. Por meio dela, o curso normal foi dividido em dois ciclos: o primeiro em quatro anos, com funcionamento nas escolas normais regionais, destinado à formação dos regentes do ensino primário, que tinham como atribuição principal o magistério rural e, em caráter precário, a regência de classes do ensino primário urbano, na falta do professor com formação específica de nível secundário; o segundo, com duração de três anos, objetivava a formação dos professores primários, sendo ministrado nas escolas normais e nos Institutos de educação. Já em 1946 com a implantação da Constituição Federal retomou-se o princípio da descentralização administrativa no campo educacional, devolvendo aos Estados a competência para organizar os seus sistemas de ensino, a maioria deles adotou a Lei Orgânica como padrão, fato que conduziu a uma relativa uniformidade nacional na oferta dessa formação.

Este período o marcado por uma forte procura ao ensino normal mais um fato interessante é que ele centralizado somente na região sudeste do país enquanto os profissionais em educação de outros estados ficaram a mercê deste tipo de qualificação. Em contrapartida as escolas normais, que experimentaram uma significativa expansão quantitativa, foram sendo descaracterizadas, pois não se mostravam capazes de oferecer uma adequada formação dos professores para o ensino primário. Para suprir esta necessidade foram criados os Pareceres do Conselho Federal de Educação (251/1962 e 252/1969) que reconheceram a necessidade da formação dos professores primários em nível superior, conquista que somente se efetivou em meados da década de 1990.

Outras conquistas foram registradas no que tange quanto à melhoria da educação brasileira entre as principais estão: A implantação da lei nº. 5.692/1971, que reformou e regulamentou a educação básica, organizou o ensino brasileiro em primeiro e segundo graus, e a implantação da lei 9.394/1996 (LDBEN) que atualmente é referência teórica quanto os objetivos e as perspectivas que professores, alunos e a sociedade visam quanto aos ideais em educação.

Rodrigues (2008),

A inclusão diz respeito a identificação e a remoção de barreiras e isto implica na coleta contínua de informações que são valiosas para atender a performance dos alunos a fim de planejar e de estabelecer metas, à presença, participação e a aquisição de todos os alunos. Presença diz respeito a frequência e a pontualidade dos alunos na sua escolarização. Participação tem a ver em como os alunos percebem a sua própria aprendizagem e se possui qualidade acadêmica. Aquisição se refere aos resultados da aprendizagem em termos de todo conteúdo curricular dentro e fora da escola.

Se for realmente uma educação de qualidade que buscamos terá certamente um longo e difícil caminho para percorrer. E vale acrescentar que por pior e mais difícil que esteja atualmente a realidade da educação e dos profissionais que por ela labutam muito já foi feito por pessoas que acreditaram que seria possível ir mais além.

Segundo a resolução CNE/CNB 2/2001:

[...] por Educação Especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Art. 3º grifos originais). (BRASIL, 2001)

Mais se este realmente é o objetivo, todos terão que busca-los numa interação de forças entre governos, instituições e a sociedade como um todo. Afinal como diria o poeta 'sonho que se sonha só, é sonho. Mais sonho que se sonha em conjunto é realidade' (R.R). Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI Nº. 9. 394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. D. O. U de 23 de dezembro de 1996. Capítulo V - Educação Especial (Art. 58º ao Art. 60º) - Páginas 21 e 22. De acordo com o Capítulo V da LDB que trata da Educação Especial, em

que consiste a Educação Especial e quais os serviços disponibilizados e assegurados por lei.

Esta modalidade de ensino esta voltada para alunos portadores de necessidades especiais, no qual proporciona para os mesmos um ensino em uma rede regular. O serviço disponibilizado para esta educação inclui: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental: professores com especialização adequada (nível médio, superior) para atendimento especializado; educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade; acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – Adaptações curriculares e Estratégias para a educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. As adaptações foram elaboradas para atender a que tipo de Necessidades Educacionais Especiais como, por exemplo: As necessidades são: superdotação, condutas típicas, deficiência auditiva deficiência física, deficiência mental, deficiência visual e deficiência múltipla. Deficiência Física: É a disfunção ou interrupção dos movimentos de um ou mais membros: superiores, inferiores ou ambos ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou, ainda, de malformações congênitas ou adquiridas.

A Educação Especial se posiciona diante da nova proposta de reforma do sistema educacional brasileiro como um serviço do atendimento especializado, assegurando serviços de apoio a todos aqueles que apresentem necessidades educacionais especiais, exigindo, portanto, uma política educacional de qualidade, a qual disporá de referenciais legais e educacionais, que são: Declaração dos Direitos Humanos (1948); Declaração de Salamanca (1994); Constituição Federal (1998); Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394 (1996); Política Nacional de Educação Especial (PNEE-MEC-1994); buscando, a partir desses referenciais, orientações educacionais e qualidade no ensino.

Para tanto, entender um pouco desses direitos legais nos conduzem para esse ensino de qualidade, e assim têm-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU (10/12/1948), que dentre os seus princípios, os que mais se destacam pela forte influência que tem exercido, inclusive na Constituição

Brasileira, são: o respeito à dignidade humana; a igualdade de direitos; à liberdade de pensamentos e de escolhas. Entre outros, o da não discriminação e o direito de toda pessoa à educação. Sobre o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (ONU,1983), afirma que os Países-Membros devem permitir crescente flexibilidade na aplicação de qualquer regulamentação relativa à idade de admissão, promoção de uma classe para outra e, quando recomendável, nos procedimentos para exames às pessoas com deficiência.

Nas Leis 4.024/61 e 5.692/71, observa-se que não havia um capítulo direcionado para essa modalidade educacional. Somente em 1961 destaca-se o descompromisso do ensino público, tanto que em 1971, o texto indicará um tratamento especial a ser regulamentado pelos Conselhos de Educação processo que se estendeu nessa década. Na vigência da Lei 5.692/71, motivou-se numerosas ações de dinamização da educação e amparo aos excepcionais, e na Lei 7.853/89, teremos o Disposto sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.

Na Constituição da Republica Federativa do Brasil (1988), teremos alguns capítulos direcionados inteiramente à educação especial, como:

Art.205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a elaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Art.208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria.

II - Atendimento Educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Teremos a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos, 03/1990, ocorrida em Jomtiem, Tailândia, que aprovou a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, considerando vários aspectos, dentre eles, a garantia de igualdade de acesso à educação como parte integrante do sistema educativo, independente do tipo de deficiência que possuam (art.5º).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – 9394/96, em seu Art. 58, entende a educação especial como modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, se estendendo da

Educação Básica até a Educação Superior, para educandos portadores de necessidades educativas especiais, e prevê a criação de serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

No Art. 59, verifica-se que serão os Sistemas de Ensino que assegurarão aos educandos com Necessidades Educacionais Especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as suas necessidades.

Foi a partir da reunião em Salamanca, onde aconteceu a Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais – Declaração de Salamanca, 1994, na Espanha, que se reafirmou o compromisso com a Educação Para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de ser o ensino ministrado no sistema comum de educação a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais, considerando que as escolas regulares são capazes de combater as atividades discriminatórias, criando comunidades solidárias, constituindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Esta Declaração garante além das crianças com incapacidades e deficiências que são impedidas de frequentar suas escolas locais; existem outros milhões que estão experimentando dificuldades na escola, temporária ou permanentemente; estão sem interesse ou motivação para aprendizagem; são capazes apenas de completar um ou dois anos de educação fundamentação, forçadas a repetir as séries; são forçadas a trabalhar; estão vivendo nas ruas; estão vivendo muito longe de qualquer escola; estão vivendo em extrema pobreza ou sofrendo de má-nutrição crônica; são vítimas de guerra e conflitos armados; estão sofrendo de contínuos abusos físicos, emocionais e sexuais ou simplesmente não estão frequentando a escola, seja porque razão for. Estão especificados no artigo 206 da Constituição Federal Brasileira os fundamentos que regem o ensino brasileiro, tendo como ideia inicial:

“A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (inciso I) e “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” prevista no inciso IV. Em seu artigo 208, o inciso III relaciona os deveres do Estado com a educação, garantindo o atendimento especializado às pessoas com deficiência “preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1994, art. 206).

Do ponto de vista pedagógico esta integração assume a vantagem de existir interação entre alunos, procurando um desenvolvimento conjunto. No entanto, por vezes, surge uma imensa dificuldade por parte das escolas em conseguirem integrar as crianças com necessidades especiais devido à necessidade de criar as condições adequadas tanto para os alunos com necessidades especiais como os demais que precisam de acompanhamentos educacionais.

Assim o conceito de escola inclusiva, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC-SEESP, 1998), implica em uma nova postura da escola regular que deve propor no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos. Pois, numa escola inclusiva a diversidade é valorizada em detrimento da homogeneidade.

Nesse sentido a educação inclusiva apoia os deficientes numa educação especial, assim a Educação Especial é o ramo da Educação, que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas deficientes, ou seja, de pessoas com necessidades educativas especiais. A educação inclusiva é muito ampla e de alta complexidade, mesmo no mundo moderno e tecnológico tal como se apresenta atualmente, por isso ela deve ser amplamente estudada e discutida. Devemos lançar para ela um olhar especial, sem preconceito nem demagogia, mas na medida certa, devemos analisá-la (Silva et al., 2009).

É importante que a escola, os professores, demais alunos e famílias se adaptem ao meio que a criança inclusa está inserida, dando a devida importância para tamanha contribuição na vida escolar dessa criança. Ao refletir acerca do atendimento educacional especializado para alunos com necessidades especiais nas salas de recursos multifuncionais e como esses espaços podem contribuir no ensino-aprendizagem e na permanência desses alunos no contexto do ensino de ensino regular.

O Brasil promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), por meio do Decreto nº 6949/2009, adotando o compromisso e garantindo o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e de adotar medidas que garantam as condições para sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional em razão da deficiência.

2.3 Conhecendo as deficiências: auditiva, visual, física, intelectual e múltipla

Para Rodrigues (2008), as necessidades especiais são decorrentes das oportunidades existentes ou não bem como dos instrumentos e das medicações que possam ser apropriados por estas pessoas em suas relações sociais e não resultam unicamente das deficiências biológicas que possam apresentar.

A saber, são cinco os tipos de deficiências:

- Deficiência Auditiva ou Surdez é uma privação sensorial que interfere diretamente na comunicação alterando a qualidade da relação que o indivíduo estabelece com o meio.
- Deficiência Visual abrange a acuidade visual (capacidade de distinguir detalhes, dada pela relação entre o tamanho do objeto e a distância onde está situado), a binocularidade (é a capacidade de fusão da imagem proveniente de ambos os olhos em convergência ideal, o que proporciona a noção de profundidade), o campo visual (é avaliado a partir da fixação do olhar, quando é determinada a área circundante visível ao mesmo tempo), a visão de cores (capacidade para distinguir diferentes tons e nuances das cores), a sensibilidade à luz (capacidade de adaptação frente aos diferentes níveis de luminosidade do ambiente) e a sensibilidade ao contraste (habilidade para discernir pequenas diferenças na luminosidade de superfícies adjacentes)
- A deficiência física refere – se ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema ósseo – articular, o sistema muscular e o sistema nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas.
- Deficiência múltipla indica que o indivíduo apresenta mais de um tipo de deficiência associadas de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social, mas não é a somatória dessas alterações que caracteriza a múltipla deficiência e sim o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social é que determina o grau de necessidade que cada pessoa tem.

- Deficiência de Intelectual trata-se de um funcionamento intelectual inferior à média (QI), associado a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade etc.) com início antes dos 18 anos

Conhecer mais sobre as deficiências do tipo: auditiva, visual, física e intelectual e múltipla é sem dúvida aprimorar o conhecimento para um futuro graduando, pois é a partir deste conhecimento que podemos formular mecanismos para estarmos aptos a desenvolver metodologias que possam auxiliar na inserção dos alunos especiais nas escolas.

E pode-se perceber como são difíceis as condições que eles se submetem e o quanto esta privação acarreta nas relações sociais desde o desenvolvimento até a fase adulta afetando de forma direta e as dificuldades de comunicação e interação social.

Conhecer os tipos de deficiência torna menos doloroso o processo de aceitação do indivíduo e fortalece os mecanismos psicológicos para ser incluído em uma sociedade tão excludente quanto a nossa. As escolas, no trabalho e na sociedade em geral a inserção dos deficientes é assegurada por meio de leis e decretos. Aos deficientes e seus familiares basta então procurar seus direitos, e que a partir desse conhecimento possa também questionar, fazer valer seus direitos assegurados tais como: acessibilidade, materiais em braile, tratamentos terapêuticos entre outras inúmeras garantias.

A surdez ou deficiência auditiva pode está associada a alguns fatores que pode estão ligados a hereditariedade que é transmitida geneticamente de geração em geração ou pode ser adquirida através de doenças como a rubéola, sífilis, toxoplasmose, fator RH, transmitidas pela mãe no período da gestação. Essa limitação auditiva interfere diretamente no sentido sensorial dificultando a comunicação entre os sujeitos. As habilidades e competências da linguagem inerentes a comunicação e o desenvolvimento da aprendizagem perdem-se nesse contexto em que a sociedade precisa aprender a lidar com essa situação.

Existem graus de surdez, quais sejam: a leve, cuja audição é muito próxima ao normal; a moderada, a qual se caracteriza pelo não discernimento de todos os sons do ambiente; a severa, quando há o comprometimento da linguagem oral, necessitando de meios diversos para o estabelecimento da comunicação como,

por exemplo, a utilização de aparelho auditivo que amplifique os sons; e a profunda que é identificada pela dificuldade e/ou ausência do desenvolvimento da linguagem oral.

Para que a criança surda venha ter um bom desenvolvimento social, educacional e psicológico é imprescindível a participação da família, professores e o convívio com outras crianças e adultos para que eles aprendam a interagir em inúmeras atividades, conquistando assim responsabilidade e equilíbrio emocional. A principal característica da educação e da escolarização dos surdos é a educação bilíngue, que tem como principal fundamento a participação igualitária dos surdos nas escolas dividindo o controle, a administração e o ensino. A educação bilíngue e a leitura têm muito valor, pois é a partir dela que os surdos tornam-se competentes em ler e escrever, pois os materiais usados nessas leituras são bastante diversificados envolvendo no seu contexto personagens surdos, o que acaba contribuindo positivamente em relação à surdez.

Os surdos por apresentar uma diminuição na percepção auditiva mostram dificuldade na aquisição da linguagem oral de forma natural, ou seja, devido a limitação auditiva os mesmos interagem com o mundo de maneira distinta dos ouvintes, os surdos para se comunicar utilizam a modalidade visual-espacial que é a língua natural onde pode expressar seus sentimentos, emoções e desejos por meio de sua própria língua conhecida como língua de sinais. Faz-se necessário que surdos e ouvintes se relacione, compartilhando experiências, ideias e conhecimentos de mundo, proporcionando assim uma melhor interação da pessoa surda com os outros surdos e os demais cidadãos da sociedade.

A deficiência visual para Munster e Almeida (2005) refere-se à diminuição da resposta visual, em virtudes de causas congênitas ou adquiridas, mesmo após tratamento clínico ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. A diminuição da questão da deficiência visual pode ser leve, moderada, severa e profunda que compõem o grupo de visão subnormal ou baixa visão e ausência total da deficiência visual cegueira.

Segundo a OMS o indivíduo com baixa visão ou visão subnormal mesmo após tratamento ou correção óptica convencional, tem uma atividade visual menor que 6/18 a percepção de luz, ou um campo visual menor que 10 graus do seu ponto de fixação, mas que usa potencialmente a visão para o planejamento ou execução de uma tarefa, portanto este resumo estará abordando as dificuldades e os problemas encontrados nesses indivíduos com deficiência visual.

Para Kirk e Gallagher (1991), que classificam em um padrão de eficiência visual, empregando cada vez mais uma definição funcional que salienta os efeitos da limitação visual sobre a habilidade crítica da leitura. O recurso utilizado como modelo é a Escala de Snellen que reúne em fileiras de letras de tamanhos decrescentes que devem ser lidas a uma distancia de 20 pés, os resultados são fundados na precisão com que a pessoa com deficiência visual for capaz de identificar as fileiras de letras utilizando um olho de cada vez.

Para que o aluno com deficiência visual (cego) seja incluso em sala de aula se faz necessário tomar diversas providencias, entre elas que o aluno saiba escrever no sistema Braille.

O aluno com deficiência visual vive intensamente como qualquer outra pessoa, suas experiências emocionais podem causar desilusões e frustrações ou pode também apontar novos sentidos e descobertas, quanto maior for à interação com sua realidade psíquica maior serão as possibilidades de uma vida de criatividades. Para que aconteça a formação educacional da pessoa com deficiência visual a escola não precisa criar disciplina especifica, bastam que a escola reúna seus objetivos e conteúdos, conhecimentos e conceitos básicos sobre a cegueira e o cego, mostrando que o aluno com deficiência visual tem o direito e igualdade de oportunidades de exercer a cidadania na construção de uma sociedade melhor.

A deficiência intelectual (DI), durante as décadas de 20 e 30 do século passado era conhecida com o termo retardo mental e deficiência mental embora muito ainda façam uso no campo da saúde e da educação especial, a deficiência está diretamente ligada a um funcionamento intelectual inferior a média (QI), envolvendo pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade etc.), com princípios antes dos 18 anos. São vários fatores que causam a deficiência intelectual que estão subdivido em fatores pré-natais de origem genética, ambiental e multifatorial, fatores perinatais (ambiental) e pós-natais (ambiental), há um grande obstáculo em se detectar com clareza o diagnostico de deficiência intelectual, em boa parte dos casos é realizado com base no atraso do desenvolvimento neuropsicomotor e na dificuldade de aprendizagem. Vale ressaltar que o diagnostico da deficiência intelectual deve ser feito por profissionais, juntamente com uma equipe multidisciplinar composto por um assistente social, médicos, psicólogos e educadores.

A educação de alunos com DI se fundamenta no princípio teórico de que a aprendizagem ativa é essencial para o desenvolvimento pleno do potencial humano, gerando oportunidades para desenvolver o lado dinâmico interativo do aluno com o mundo que o cerca, estimulando assim sua interação com o meio social. A deficiência física (DI) está relacionada com o comprometimento do aparelho locomotor, envolvendo o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso, se for afetado qualquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, as doenças ou lesões serão produzidas com quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo o local corpóreo afetados e o tipo de lesão ocorrida.

A deficiência física traz o termo paralisia onde acontece a perda de capacidade de contração muscular voluntária, por interrupção muscular funcional ou orgânica em um ponto qualquer da via motora, que pode ir do córtex cerebral até o próprio músculo. A classificação da paralisia depende do número e da forma como os membros são afetados a monoplegia afeta apenas um membro; hemiplegia afeta os membros do mesmo lado; diplegia ocorre quando são afetados os membros superiores; triplegia é acontecimento raro em que três membros são afetados; paraplegia quando a paralisia afeta apenas os membros inferiores, causadas por uma lesão medular torácica lombar alterando a função medular trazendo como consequências além de déficits sensitivos e motores, alterações viscerais e sexuais e finalizando temos a tetraplegia/quadruplégica nesse caso a paralisia atinge todos os membros e as lesões se apresentam na sexta ou sétima vértebra na maioria dos pacientes.

Os motivos que levam esse tipo de deficiência física são diversos e até mesmo desconhecidos entre eles podemos citar a paralisia cerebral que está dividida em quatro tipos básicos como estática, que torna os movimentos duros e difíceis, discinética ou atetóide onde os movimentos involuntários são descontrolados, Atóxica traz a coordenação e equilíbrio ruim e misto, há combinação de diferentes tipos. A deficiência física causadas pela hemiplegia acontece quando há acidente vascular cerebral; aneurisma cerebral; tumor cerebral e outros; a lesão medular tem início quando há um ferimento por arma de fogo ou arma branca; acidentes de trânsito; mergulho em águas rasas; traumatismo direto; quedas; processos infecciosos; processos degenerativos e outros, a amputação é relacionada com causas vasculares; traumas; mal formações congênitas; causas metabólicas e outras, febre reumática pode gerar

doença grave comprometendo o coração e miastemias graves que consistem num grave enfraquecimento muscular sem atrofia.

As deficiências musculares/neuromusculares são lesões causadas por infecções ou lesões com circunstâncias em qualquer fase da vida do indivíduo, a distrofia muscular acontece quando o organismo não produz nutrientes para os músculos, causando um mau funcionamento do metabolismo trazendo consequências como fraqueza muscular, paralisia ou falta de coordenação que são nomeadas mais apropriadamente como neuro musculares.

A esclerose múltipla é evidenciada pela desmobilização e destruição do tecido nervoso conhecido como doença degenerativa e traz como sintomas fadiga, tontura, dificuldade de controle do sistema urinário e distúrbios visuais.

A poliomielite é uma doença infecciosa causada por pelo menos três tipos de vírus, essa doença não é progressiva apesar de afetar parte do corpo e principalmente as pernas, o acompanhamento deve ser feito por médicos e fisioterapeutas para evitar danos maiores com deformidades e atrofia, sua prevenção pode ser feita através do uso da vacina, evitando até 70% dos casos.

A deficiência múltipla (DMU) apresenta no indivíduo mais de um tipo de deficiência associadas de ordem física; sensorial; mental; emocional ou de comportamento social, mas não são todas essas alterações que caracteriza a múltipla deficiência e sim a situação de desenvolvimento; as possibilidades funcionais; de comunicação; interação social que especifica o grau de necessidade em cada pessoa. A deficiência múltipla tem como causas amputações, paralisia cerebral, esclerose múltipla, tetraplegia, lesão medular e hemiplegia, todas essas doenças têm como consequência o atraso no desenvolvimento neuropsicomotor do bebê, dificuldade em adaptar-se com o ambiente não conseguindo comunicar-se de forma convencional.

Há inúmeros tipos de deficiências múltiplas são elas surdez com mental leve ou severa; surdez com distúrbios neurológicos de condutas emocionais; surdez com limitação física leve ou severa; baixa visão com mental leve ou severa; baixa visão com distúrbios neurológicos emocionais e de linguagem e conduta; baixa visão com limitação física leve ou severa; cegueira com limitação física leve ou severa e cegueira com distúrbios emocionais neurológicos; conduta e linguagem.

Com tantos desafios a ser enfrentados pelos alunos com DF é preciso que o educador esteja preparado para lidar com diversas situações, procurando

sempre interpretar as formas de expressões que na maioria das vezes são diferentes das diversas crianças da mesma faixa etária. Faz-se necessário que o educador se adapte a duas importantes funções a de cuidar e educar para que o aluno venha desenvolver suas habilidades e competências no contexto escolar e social.

2.4 Importância da Sala Recursos Multifuncionais

As Salas de Recursos Multifuncionais é de grande importância pois é um apoio a educação inclusiva em um espaço da escola, no contexto das políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo da escola se insere a organização das salas de recursos multifuncionais, com a disponibilização de recursos e de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades educacionais dos estudantes público alvo da educação especial matriculados no ensino regular. O atendimento educacional especializado é indispensável a todos os profissionais cujos trabalhos necessitam de tal – nós, professores, por exemplo- e a todos aqueles que têm algum interesse pela área.

A resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 do Conselho Nacional de Educação que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. O está estruturado em artigos e comentários.

Pode-se dizer sobre artigos postados que o Atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com Necessidades Educativas Especiais. Este pode ser em uma Sala de Recursos Multifuncionais, ou seja, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

Atualmente podemos dizer que existem muitos estudos sobre os portadores de Altas habilidades/Super dotação, com o objetivo de inseri-los em nosso contexto educacional, social, econômico, etc., mas o que percebemos é a falta de orientações metodológicas para o professor do ensino regular, seja no sentido de identificá-los, de orientá-los nos estudos. Assim tem-se observado certa preocupação por parte dos docentes ao perceberem que em sua turma de alunos

há os superdotados, havendo certo receio, sentindo-se incapaz diante dele, mas cabe ao professor a sinceridade, ele não está ali para ser o dono do saber, muito menos na condição de saber tudo, o professor é antes de tudo o orientador da aprendizagem, aquele que faz a mediação na construção do conhecimento, aponta caminhos, faz discussões teóricas com seus alunos. Se o professor souber reconhecer em seus alunos os potenciais de cada um, poderá ter muito sucesso durante suas aulas, pois na diversidade de ideias, opiniões e níveis de conhecimento que se enriquece uma discussão e a aprendizagem. Cabe ao professor dar o tempo de cada um no processo educativo desenvolvendo suas habilidades mentais, psicomotoras, emocionais, etc.

Para que o profissional de educação tenha melhor êxito no processo ensino aprendizagem, seria importante que utilizasse em seu processo metodológico atividades coletivas, de produções colaborativas, não deixando de lado as produções individuais. O professor deverá trabalhar com os diversos recursos da tecnologia da informação e da comunicação, tais como rádio, vídeo, DVD, TV, computadores, acesso a internet e diversos materiais e jogos concretos.

O atendimento educacional especializado constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns. Esse atendimento não pode ser confundido com reforço escolar ou mera repetição dos conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas devem constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos.

No entanto, o que se quer no município é o aumento das Salas de Recursos Multifuncionais que atendam alunos com necessidades educacionais especiais, pois o atendimento contribui e auxilia o professor de sala regular. As salas de Atendimento Educacional Especializado, são dotadas recursos de acessibilidade e equipamentos específicos como, materiais didáticos, pedagógicos e mobiliários, para o atendimento aos alunos, que no contraturno frequentam a escola.

A escola Municipal Jalile Sanjad Souza desde o segundo semestre de 2009 foi a única escola contemplada com recursos da Sala multifuncional, mas que, no entanto, não foi implantada por falta de informação e descaso. Já que, o governo federal presta assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o acesso dos alunos e a formação de professores. Com isso

os gestores estaduais e municipais organizam sistemas de ensino voltados à diversidade, firmam e fiscalizam parcerias com instituições especializadas e administram os recursos que vêm do governo federal.

Nesse contexto a primeira dificuldade encontrada na escola é na estruturação é a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais que ainda não havia um espaço, que deveria ser utilizadas para trabalhar as especificidades e dificuldades dos alunos. No município não existia a presença de professores com formações adequadas para desenvolver as atividades reconhecimento da Educação Inclusiva.

Mediante essa realidade os Professores da escola relatam que muitas vezes não sabem como devem se comportar quando se deparam com alunos com alguma deficiência. Talvez a falta de formação adequada os coloque em algumas situações desconfortáveis no dia a dia.

Com a implantação da SRM na escola o professor do AEE pode auxiliar o professor de sala regular com trabalho de parceria, orientando e mostrando o desenvolvimento do professor do dentro da sala de aula com alunos especiais. Levantando aqui questões de acessibilidade e locomoção. Pois nos relatos do professor descreve a seguinte questionamento: Nós como professores saímos da graduação preparada para trabalhar com a inclusão? “Com certeza não, mas cabe aos professores especializar-se na sua área desejada. Mesmo com a escola abrindo as portas para a inclusão nos dias de hoje ainda há muito no que avançar é claro respeitando os limites e o seu modo de agir e pensar.”

Prática pedagógica requer do professor conhecimentos pedagógicos para organizar a aula, fazer a transposição didática, transformar o conhecimento científico em saber transmissível e assimilável pelos alunos, propor situações de aprendizagem de forma que os alunos consigam problematizar as demandas do mundo do trabalho e que a teoria e a prática, em sala de aula, não podem ocorrer a partir somente das exposições descritivas, ou como elementos contraditórios, dicotômicos e antagônicos. Silva Filho (2013, p. 28),

É ingenuidade pensar que situações isoladas são suficientes para definir a inclusão como opção de todos os membros da escola e configurar o perfil da instituição, as escolas de Salinópolis têm estudantes com necessidades educacionais, mas que não oferece um atendimento adequado e pouco promove o desenvolvimento deles.

Muitos gestores ainda não sabem como atender às demandas específicas e, apesar de acolher essas crianças e jovens, ainda têm dúvidas em relação à eficácia da inclusão, ao trabalho de convencimento dos pais de alunos com e sem deficiência e da equipe, à adaptação do espaço e dos materiais pedagógicos e aos procedimentos administrativos necessários, dessa forma cabe a responsabilidade do diretor e da comunidade escolar a organização a administração e a conservação, do mesmo. Nessa dimensão não desconsiderando os esforços de pessoas bem intencionadas, mas é preciso ficar claro que os desafios das mudanças devem ser assumidos e decididos pelo coletivo escolar, como forma prioritária de atendimento a alunos com necessidades educativas especiais, na prática este modelo ainda não se configura em nossa cidade como uma proposta educacional amplamente difundida e compartilhada garantindo que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência.

Embora nos últimos anos tenham sido desenvolvidas experiências promissoras, a grande maioria das escolas municipais precisam de condições institucionais necessárias para que de fato ocorra o atendimento educacional. Assim o desenvolvimento das atividades nas SRM's organiza-se de forma atender as especificidades destes alunos, portanto o atendimento se dá no mesmo espaço com horas/dias agendados conforme o alunado. Para quebrar antigos paradigmas e incluir de verdade, todo diretor tem um papel central. Afinal, é da gestão escolar que partem as decisões sobre a formação dos professores, as mudanças estruturais e as relações com a comunidade.

2.5 Atendimento Educacional Especializado-AEE

É importante ressaltar, que o atendimento educacional especializado não é substitutivo a escolarização, o ensino é basicamente diferente do ensino escolar é instrumento extremamente importante para os tipos de deficiências no ambiente escolar o acesso gratuito de ensino é papel e dever do governo municipal, estadual e federal e todo esse recurso favorece para comunidade e alunos desenvolvimento global de ensino e não pode caracterizar-se como um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares pois o AEE complementa e suplementa a formação do aluno tendo em vista a autonomia e a

independência na escola e fora dela. Para compreender melhor o atendimento educacional especializado (MEC/SEESP-2008) descreve a função como:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (MEC/SEESP, 2008)

Portanto as Salas de Recursos eram organizadas por deficiência o que difere das Salas de Recursos Multifuncionais em que todos os alunos, são público-alvo da educação especial, são atendidos: alunos com deficiência sensorial, física e intelectual; alunos com transtornos globais de desenvolvimento; alunos com altas habilidades/superdotação (PNEE, 2008).

2.6 Público Alvo do Atendimento Educacional Especializado-AEE

Considera-se público-alvo do AEE os seguintes alunos:

- ❖ Alunos com deficiência: aqueles com impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial que podem ter obstruída/dificultada sua participação plena e efetiva na sociedade diante de barreiras que esta lhes impõe, ao interagirem em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).
- ❖ Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose infantil) e transtornos invasivos sem outra especificação (MEC/SEESP, 2008).
- ❖ Alunos com altas habilidades/superdotação: estes alunos devem ter a oportunidade de participar de atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito de suas escolas em interface com as instituições de ensino superior, institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes, dos esportes, entre outros.

Neste sentido, analisando os dados fornecidos pela SEMED, verificou-se que, apesar de o número de matrículas na Educação Especial no sistema municipal de ensino de Salinópolis ter crescido, principalmente de 2009 a 2018, o município há 101 alunos com necessidades cadastrados no senso com laudo médico que deveriam ser atendidos nas salas de recursos multifuncionais e não são, porque há o recurso, o descaso de serviços da Educação Especial, como a implantação das salas de recursos multifuncionais, e a formação de professores acessibilidade especialistas em Educação Especial.

A respeito do AEE, na Escola Municipal José Ribamar Barros Monteiro e no município em geral, pode-se ponderar que alguma escola tem estruturas arquitetônicas dos espaços escolares da rede municipal de ensino e a insuficiência de profissionais habilitados para o exercício da função tem interferido incisivamente na organização e no funcionamento das SRM.

2.7 Professores do Atendimento Educacional Especializado-AEE

A resolução nº4, de 2009, indica que para a atuação do AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a educação especial (BRASIL, 2009, p.3).

O professor do AEE exerce um papel de fundamental importância na unidade escolar como também na SRM. De acordo com a Resolução de nº 436/2012, no Artigo 9º, o AEE tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que atenuem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Assim, o professor do AEE tem a grande missão de buscar desenvolver na SRM, estímulos indispensáveis ao pleno desenvolvimento afetivo, cognitivo e social, através de recursos didáticos pedagógicos, tecnológicos e educativos.

Mediante essa realidade o AEE é um complemento e/ou suplemento a formação do EPAEE (estudante público alvo da educação inclusiva), visando a autonomia dos mesmos na escola ou fora dela, requerendo cada vez mais do professor da SRM um compromisso de caráter cuidadoso que acolha a todos sem discriminação.

Cabe também ao professor do AEE fazer o elo necessário entre os professores das “salas comuns”, os quais tem a função de atribuir ao educando o ensino das áreas do conhecimento.

Segundo a Resolução nº 04, de 2009, estabelece no artigo 13 uma intensa responsabilidade do professor do atendimento educacional especializado por:

- I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009, p.3).

Mediante ao exposto, faz-se necessário um debruçar sobre o estudo de caso do aluno. Pois, somente a partir do mesmo é que o professor do AEE irá conhecer a história de vida, escolar, social e afetiva do EPAEE para poder se deter em um plano de atendimento para o público citado. Feito o estudo de caso e de posse de todas as informações o professor do AEE estará munido de informações que irão nortear o plano de atendimento educacional especializado que irá contribuir com a aprendizagem e o desenvolvimento do EPAEE de forma satisfatória.

3. TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM.

3.1 Transtornos Globais do desenvolvimento

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento para que possamos entender um pouco a respeito da Educação especial ou inclusiva. A partir das dimensões epidemiológica e histórica e vários estudos onde contextualiza os serviços oferecidos nas áreas da Saúde e Educação, encontramos estudiosos especializados no assunto. Nesse sentido, considero o atual debate relativo à educabilidade dos sujeitos com psicose infantil e autismo, que apresenta a escola e o educador como fundamentais para o processo de inserção social e constituição do sujeito; buscando, assim, contribuir para o movimento de integração escolar.

Não existem estudos que permitam ter uma noção da incidência dos Transtornos Globais do Desenvolvimento, por faixa de renda. Através dos dados do Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais/DSM-IV (1994), sabe-se que não há correlação entre nível socioeconômico e a presença destes transtornos. Não se pode negar, no entanto, a potencialização das dificuldades quando a falta de recursos financeiros restringe ainda mais o acesso ao atendimento. Cruzando as informações do IBGE acerca da situação de pobreza em que vivem 25 % dos sujeitos de zero a 17 anos – rendimento familiar per capita de até meio salário mínimo – com a faixa de incidência dos Transtornos Globais do Desenvolvimento, podemos estimar que, hoje, no Brasil, entre 14.500 e 21.700 crianças e adolescentes apresentam esse quadro clínico associado à condição de pobreza. A criança, então, saiu do anonimato em que vivia, para adquirir um status diferenciado do adulto e uma posição central na família. A família, por sua vez, tornou-se um espaço de afeição, dividindo com a escola a responsabilidade de socialização das crianças, bem como de transmissão de valores e conhecimento. Já a escola assumiu progressivamente o seu papel de locus da educação, por meio da ampliação do ensino institucionalizado e do discurso que se associa aos ideais libertários e igualitários, advindos da Revolução Francesa (1789).

Os sintomas dos PDD podem incluir problemas de comunicação como:

- Dificuldade no uso e compreensão da linguagem;
- Dificuldade em se relacionar com pessoas, objetos e eventos;
- Brincadeiras não-usuais com brinquedos e outros objetos;
- Dificuldade com mudanças de rotina ou do ambiente familiar;
- Padrões repetitivos de movimentos corporais ou comportamentos.
- Entre as crianças com PDD, há grande diversidade de habilidades, inteligência e comportamento. Algumas simplesmente não falam, outras apenas poucas frases e assuntos, e algumas possuem desenvolvimento da linguagem praticamente normal. Atividades repetitivas e habilidades sociais limitadas geralmente são evidentes. Respostas incomuns a informações sensoriais – sons altos, luzes – também são comuns.
- Não existe cura conhecida para os PDD. São usados medicamentos para tratar problemas comportamentais específicos; a terapia para crianças com PDD deve ser especializada, de acordo com as necessidades de cada criança.

Algumas crianças com PDD se adaptam bem em classes especiais reduzidas, em que o ensino é ministrado na base de um para um. Outras funcionam bem em classes especiais normais, ou em classes regulares com suporte. Estimulação precoce, incluindo programas educacionais e serviços de apoio especializados são fatores críticos no aprimoramento dos resultados de indivíduos com PDD. Há muitas crianças com PDD entre os 2 e 5 anos. Os sinais podem ser detectados facilmente no ambiente escolar ou familiar.

Entre as crianças com PDD, há grande diversidade de habilidades, inteligência e comportamento. Algumas simplesmente não falam, outras apenas poucas frases e assuntos, e algumas possuem desenvolvimento da linguagem praticamente normal. Atividades repetitivas e habilidades sociais limitadas geralmente são evidentes. Respostas incomuns a informações sensoriais – sons altos, luzes – também são comuns.

Como exemplo podemos citar o autismo, um distúrbio do desenvolvimento cerebral caracterizado por interação social e comunicação debilitadas, e por uma gama limitada de interesses e atividades, é o PDD mais característico e o que foi melhor estudado. Outros tipos de PDD são a síndrome de Asperger, transtorno desintegrativo da infância, síndrome de Rett, e transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação (PDD-NOS).

Em virtude de novos discursos a respeito da educação inclusiva, a Escola, vem passando por um processo de transformação conceitual, procedimental e atitudinal. De fato, a gestão escolar (corpo diretivo e docente), muitas vezes, não está preparada para receber e atender os sujeitos que possuem necessidades específicas de aprendizagem, decorrente da falta de formação e/ou capacitação para atuar junto a esses indivíduos.

Para que possamos enlaçar os aspectos relacionados a proposta dessa resenha, primeiramente devemos pontuar a concepção de gestão escolar que subsidia nosso fazer e pensar pedagógico bem como elucidar o que significa a proposta de educação inclusiva segundo as diretrizes adotadas em nosso país. Em acordo com Lück (2000), a educação, quanto ao contexto escolar, é complexa e exige uma maior organização do trabalho educacional, com também da participação da comunidade, visto que o estabelecimento de ensino deve promover a aprendizagem desses indivíduos sob prisma cognitivo, social e emocional. De modo a possibilitar que o aluno possa compreender a vida, a si mesmo e o meio que o cerca, assim, tornando-se agente em seu processo de aprendizagem significando e ressignificando o conhecimento e sua atuação dentro da sociedade. Portanto é direito de todo o acesso e permanência no ensino, já que a escola, como citado anteriormente vem atribuindo outros significados aos processos de aprendizagem (seja cognitivo, social e emocional). Vejamos a citação abaixo:

[...] constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 5)

A inclusão, como consta nos parâmetros políticos, como por exemplo, no decreto nº 6.094/2007, garante a todos os indivíduos acesso e permanência no ensino regular, para tanto, os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser contemplados com atendimento especializado que compreenda e possibilite seu desenvolvimento potencial. Essas afirmativas são pressupostos básicos para fortalecimento da inclusão nas escolas públicas (Brasil, 2006). Segundo a Política Nacional de Educação que descreve quem é o alunado de educação especial, esta apresenta que em face disso, as reuniões pedagógicas devem possibilitar a reflexão a respeito dos aspectos que são geradores de "resistência" por parte dos professores ao atendimento desses sujeitos.

Problematizando a atuação da gestão escolar, principalmente das alternativas do corpo diretivo e coordenação pedagógica para motivar a equipe docente frente às dificuldades do processo de aprendizagem e inclusão educacional desses indivíduos. Uma vez que a produção do conhecimento deve atrelar-se às discussões que emergem da cotidianidade vivenciada no espaço escolar e sua relação dialética com a prática, produzir novos discursos que embasem novas práticas educacionais. Portanto, primando pelo respeito à diversidade e qualidade no ensino a todos os sujeitos que desfrutam do ensino, seja em qualquer de suas modalidades.

3.2 Transtornos de Aprendizagem

Entender a conexão cérebro x aprendizagem, proposta a partir do conhecimento da Neurociência, apresenta-se como um dos assuntos mais procurados e um dos grandes desafios educativos. Entretanto, considerando que a neurociência é uma ciência nova, pode-se dizer que: a interface cérebro x aprendizagem necessita de muito investimento científico, mas são profissionais das mais diversas áreas que tem voltado seus estudos para este enfoque. Conforme estudos de Tokuhamas-Espinosa (2008, apud Zaro, 2010, p. 205), demonstraram que:

[...] enquanto milhares de estudos foram devotados para explicar vários aspectos da neurociência (como animais incluindo humanos, aprendem), apenas uns poucos estudos neurocientíficos tentaram explicar como os humanos deveriam ser ensinados, para maximizar o aprendizado. (...) das centenas de dissertações devotadas ao 'ensino baseado no cérebro', ou 'métodos neurocientíficos de aprendizado', nos últimos cinco anos, a maioria documentou a aplicação destas técnicas, ao invés de justificá-las."

Saber quais as melhores condições possíveis para o desenvolvimento da aprendizagem, e como ela acontece? Que técnicas usar? Quais os níveis intelectuais do aprendente e do educador? São perguntas recorrentes de quem atua no campo educacional. Para saber as possibilidades, habilidades, potencialidades e limites de cada cérebro são necessários que conheçamos o cérebro biologicamente, saber que área é usada para cada função do corpo humano, não é tarefa fácil?

Desde a antiguidade usamos as mais variadas ciências para tentar decifrar esses enigmas, hoje com os avanços científicos já é possível observar um cérebro em funcionamento sem precisar de nenhum método invasivo, uma pessoa tetraplégica, por exemplo, pode movimentar sua cadeira de rodas apenas com a “força do pensamento”, através de neurotransmissores implantados em seu cérebro em conexão a um computador.

Na atual estrutura socioeducativa em que está inserida a educação, o momento é de uma forte crise de identidade e paradigmas, na qual falamos muito sobre o assunto, mas pouco se coloca em prática. Prova disso é o Brasil ser hoje um dos países com maior taxa de reprovação e abandono escolar. Assim Faz-se necessário uma cultura de aprendizado que gere conhecimento.

Não basta a modernidade, nem o discurso da diversidade, se não houver propostas consistentes de uma inclusão realmente eficaz. O mito, a descrença e o apego às tradições equivocadas, muitas vezes impostas por um modelo de sociedade que se envergonha do diferente, continuam a pressionar a favor de uma permanência da exclusão ao invés de repensar, resignificar conceitos e atos partindo para uma concretização do novo paradigma: a inclusão social (Silva et al., 2009).

Diante deste contexto, a neurociência se torna precursora no processo de compreensão de aprendizagem e não aprendizagem, de revelar como é possível a aprendizagem, e quais obstáculos não à torna possível, o professor ou qualquer profissional com conhecimentos de neurociências é mais consciente em relação às limitações e potencialidades dos alunos e sabe como aproveitá-las de modo positivo.

Sendo assim, o professor que começa a ter conhecimento da neurociência faz um diferencial, pois começa a perceber que é preciso ensinar o indivíduo a aprender a aprender, aprender a pensar, aprender a estudar, a aprender a se comunicar, e não apenas reproduzir e memorizar informações, mas, sim, desenvolver competências de resolução de problemas com as informações adquiridas sobre o funcionamento do cérebro a aprendizagem será mais eficaz.

Sabendo que, também se faz interessante perceber que no contexto educativo, não somente com a vinda da inclusão, mas também com todo modo de vida contemporânea, outros aportes vieram consigo: são laudos médicos, medicações diversas, dúvidas na metodologia ensino aprendizagem. Tudo isso, necessita de profissionais capacitados, que saibam indicar caminhos para que

cada um seja visto na sua essência, na sua individualidade. Nesta perspectiva, a qualidade educativa, vem a ser uma das propostas da neuropsicopedagogia, a de proporcionar benefícios para o processo ensino aprendizagem.

Portanto, é um estudo mais avançado sobre pedagogia, psicopedagogia e neuro, na realidade é a junção dos três. Já que a pedagogia trabalha como ensinar, a psico estuda os déficits e a neuro tudo sobre o cérebro e quais soluções cabíveis a situação.

Segundo Demo (2001), Assmann (2001), Morin (2002), cabe ao educador adotar um trabalho de parceria, instaurando condições indispensáveis para que o aprendiz desenvolva a inteligência e não simplesmente a memorização. A busca por uma aprendizagem com eficiência dispõe de mecanismos inovadores através da neurociência.

Segundo Paulo Freire, (1996.): O Professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos no quadro da rigorosidade do pensar certo, nega como falsa a fórmula farisaica do "Faça o que eu mando e não o que eu faço". Diante de tal afirmação a adoção de condutas de ensino e de aprendizagem requer uma ação interventiva, pois, como pode o educando com dificuldade, trabalhar conteúdos que outrora nunca vistos se tornando desinteressante a ponto de uma formiga no canto superior da sala fazer toda a diferença em uma aula expositiva e sem valor algum para seu aprendizado.

As ferramentas utilizadas para o desenvolvimento do aluno fazem toda diferença no ato de aprender ter conhecimentos sobre as dificuldades de aprendizagem pode ajudar o professor a distinguir as diferenças e permite traçar o processo de intervenção sabendo diferir os rótulos, estigmas até exclusão proporcionando novas relações entre o aprender, o aluno e a escola.

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagem, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e, sobretudo, o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação (MOTA, 1992, p.115).

O neuropsicopedagogo como profissional vai integrar À sua formação psicopedagógica o conhecimento adequado do funcionamento do cérebro, para melhor entender a forma como esse órgão recebe, seleciona, transforma, memoriza, arquiva processa e elabora todas as sensações captadas pelos

diversos elementos sensoriais. A partir desse entendimento, ele adapta as metodologias e técnicas educacionais a todas as pessoas, mas, principalmente, para quem tem características cognitivas e emocionais diferenciadas.

Entre as muitas opções existentes para se entender como se dá o aprendizado, nos últimos tempos, vem ganhando destaque a Neuropsicopedagogia, uma área que interliga conhecimentos de psicologia cognitiva e de pedagogia, para possibilitar a compreensão da lógica cognitiva e de Pedagogia, para possibilitar a compreensão da forma com que o cérebro dos sujeitos receptivos assimila as informações que são transmitidas a eles. Para alcançar esse objetivo, os atuantes da área, que é bem recente no Brasil. Estudam a interação entre o funcionamento cerebral, a mente e o aprendizado, por meio de métodos rigorosamente científicos, que os levam a planejar intervenções precisas na intenção de promover o desenvolvimento dos sujeitos epistêmicos.

O neuropsicopedagogo como mediador deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em aprendizagem não podemos esquecer-nos da inclusão, não estamos falando só dos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade. Diante desse exposto destaque algumas discussões que trouxeram benefícios ao atendimento educacional especializado:

- Em 2001 – As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial - Na Educação Básica propõe mudanças através da CNE/CEB nº 2/2001, determinando no artigo 2º. Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2001)
- Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001 - Destaca que o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta atendimento à diversidade humana. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2001)
- Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) - O Artigo 24 dessa Convenção reconhece o direito à educação sem discriminação e com igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência. Deverão assegurar que:

- 1) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- 2) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- 3) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
- 4) As pessoas com deficiência recebem o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- 5) Efetivas medidas individualizadas de apoio sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena.

- Decreto nº 6.571/2008- Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, consolidam diretrizes e ações já existentes, voltadas à educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ele regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9394/1996, destinando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) ao atendimento educacional especializado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na rede pública de ensino regular. Consta ainda neste decreto, as ações que serão realizadas pelo Ministério da Educação para o Atendimento Educacional Especializado. Dentre essas ações estão a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, a formação de professores para o AEE, a formação de gestores e professores para a educação inclusiva, as adaptações arquitetônicas das escolas, a produção e distribuição de recursos para a acessibilidade.

- Parecer nº 13/2009- homologado no dia 23 de setembro, pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, que trata das diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes regulares e no atendimento educacional especializado. O objetivo desse parecer é garantir recursos de acessibilidade, bem como estratégias de desenvolvimento da aprendizagem, previstos no projeto político pedagógico da escola. A ação vai ao encontro da Política Nacional de Educação

Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta os sistemas educacionais na organização e oferta de recursos e serviços da educação especial de forma complementar.

3.3 Transtornos de Linguagem

Para falarmos em transtornos de linguagem temos que considerar que a linguagem não pode se desenvolver separadamente dos aspectos orgânicos, emocionais, cognitivos e sociais. E partindo-se da ideia de que a principal ferramenta para o ser humano interagir com o mundo e formar vínculos é a linguagem, conclui-se que dificuldades nos campos social e intelectual podem surgir caso exista algum problema no processo de desenvolvimento da linguagem do indivíduo. Tais dificuldades são identificadas por baixo rendimento acadêmico, isolamento social ou retardo no desenvolvimento cognitivo, que por sua vez, acabam sendo responsáveis por prejuízos no desenvolvimento psicológico da criança, podendo gerar transtornos de conduta ou emocionais significativos. Dessa forma, vários casos de Transtornos de Linguagem são assistidos tanto pelo fonoaudiólogo quanto pelo psicólogo e outros profissionais como o neuropsicopedagogo. Entende-se por Transtornos de Linguagem os quadros que apresentam desvios nos padrões normais de aquisição da linguagem desde suas etapas iniciais. Entretanto, crianças normais variam amplamente na idade na qual elas iniciam a aquisição da linguagem falada e no ritmo no qual as habilidades de linguagem se tornam firmemente estabelecidos.

Existem diferentes tipos de Transtornos de Linguagem, embora seja frequente a presença de comorbidades, tanto entre si, como entre transtornos psicológicos. Sendo assim, muitas crianças que apresentam atrasos na aquisição da linguagem, possuem dificuldades de leitura e escrita, e também problemas nos relacionamentos interpessoais, que levam respectivamente, a um rendimento escolar deficiente e a possíveis transtornos da esfera emocional e de comportamento. Embora a criança que apresenta algum quadro de Transtorno de Linguagem seja capaz de se comunicar melhor em situações que lhe sejam familiares, o comprometimento da linguagem existe em qualquer situação.

Causas: As etiologias das alterações da linguagem e da fala podem envolver aspectos genéticos, degenerativos, lesionais, ambientais e/ou emocionais. Alguns autores classificam os transtornos com base em dois tipos de

fatores que podem alterar e incidir desfavoravelmente na evolução da comunicação e da linguagem: fatores orgânicos, sejam eles genéticos, neurológicos ou anatômicos e fatores emocionais. Entretanto, outros autores consideram que a diferenciação entre os transtornos de etiologia orgânica e psicológica pode resultar mais útil no adulto, embora ambos os tipos de fatores devam ser considerados de forma integrada. Na criança essa diferenciação está ultrapassada, já que o efeito de qualquer fator orgânico ou psicológico tem repercussões sobre o conjunto de processos de ordem psicológica que constituem a aquisição e o desenvolvimento da linguagem.

3.4 Tipos de Transtornos de Linguagem

Os transtornos que interferem na comunicação do indivíduo, podem estar relacionados à fala, à linguagem, à audição ou à voz.

Dislalia: Normalmente até os 6 anos de idade, a maioria dos sons da fala já está adquirida. A dislalia ou transtorno específico de articulação da fala ocorre quando a aquisição dos sons da fala pela criança está atrasada ou desviada, levando a:

- ✓ Má articulação e conseqüente dificuldade para que os outros a entendam;
- ✓ Omissões, distorções ou substituições dos sons da fala;
- ✓ Inconsistência na coocorrência de sons (isto é, a criança pode produzir fonemas corretamente em algumas posições nas palavras, mas não em outras). (Organização Mundial da Saúde, p. 51, 1993)

A gravidade do distúrbio articulatorio varia de pouco ou nenhum efeito sobre a inteligibilidade da fala até uma fala completamente ininteligível, embora mesmo nestes casos, as pessoas da família compreendam o que a criança quer expressar. Existem vários fatores etiológicos, além dos aspectos que favorecem indiretamente a existência e manutenção da alteração, como:

Permanência de esquemas de articulação infantis;

- ✓ Déficit na discriminação auditiva;
- ✓ Déficit na orientação do ato motor da língua.

Alterações na respiração, inadequação da mastigação e deglutição, hábitos orais inadequados (uso prolongado da chupeta e mamadeira, onicofagia e sucção

de dedo), podem causar prejuízos anatômicos e funcionais no sistema orofacial da criança, alterando os movimentos adequados e necessários para a produção correta dos fonemas. Diversas classificações são encontradas para o distúrbio articulatorio, entretanto, a classificação abaixo é bastante esclarecedora:

Dislalias fonológicas: os mecanismos de conceitualização dos sons e as relações entre significantes e significados estão afetados, os sons não se organizam em sistemas e não existe uma forma apropriada de usá-los em um contexto;

Dislalias fonéticas: determinadas por processos fisiológicos, de realização articulatória com traços característicos de incoordenação motora e/ou insensibilidade orgânica.

Existem alterações articulatorias nos casos de disartrias, entretanto estas são ocasionadas por danos cerebrais.

Disfemia: A disfemia é conhecida pela dificuldade em manter a fluência da expressão verbal, é um transtorno de fluência da palavra, que se caracteriza por uma expressão verbal interrompida em seu ritmo, de maneira mais ou menos brusca. O tipo mais comum de disfemia é a gagueira, também chamada de tartamudez. A tartamudez se caracteriza pela interrupção da fluência verbal, por meio de repetições ou prolongamento dos sons, sílabas ou palavras. Frequentemente, ela vem acompanhada de movimentos corporais, como balançar os braços e as mãos, piscar os olhos ou tremor labial, na tentativa de superar o bloqueio da fala. Observa-se que a frequência e a intensidade da gagueira estão associadas ao estado emocional do indivíduo.

Muitas crianças apresentam uma disfluência, também chamada gagueira fisiológica, entre os dois e cinco anos de idade, o que é considerado normal, visto que o desenvolvimento e a aquisição da linguagem se dão de forma intensa nesse período. A criança apresenta uma fala vacilante, repetições de vocábulos, semelhantes ao gaguejar, mas assim como a disfluência aparece, com o desenvolvimento da criança ela cessa. Recomenda-se não chamar a atenção da criança a respeito desse comportamento, nem corrigi-la ou completar frases e palavras por ela. Nessa fase pais e professores necessitam paciência e a espera para que a criança possa voltar a falar com ritmo normal. A procura por um tratamento só deve ser feita se a disfluência permanecer após essa fase. Não se reconhece uma etiologia única para a gagueira, e as formas terapêuticas e abordagens de tratamento são variadas, visando em alguns casos uma melhor

adaptação social e emocional, passando pelo enfrentamento de situações de exposição verbal, pela diminuição da ansiedade e o aumento da autoestima.

Afasia: As afasias compreendem os transtornos de linguagem causados por uma lesão cerebral, ocorrida após a aquisição total da linguagem ou durante seu processo. Existem diferentes tipos de afasias, porém elas são definidas de acordo com o local lesionado. As afasias são distúrbios adquiridos de linguagem que resultam de danos cerebrais (dano vascular, trauma, tumor), particularmente de áreas específicas do córtex cerebral. As afasias podem vir acompanhadas de distúrbios na atividade intelectual e cognitiva se a lesão atinge regiões vizinhas à área do córtex frontal. Independentemente do local da lesão, a afasia é vista como um transtorno de linguagem no qual existe uma perda parcial ou total da capacidade de expressão dos pensamentos por sinais e da compreensão dos mesmos. Assim, entende-se que a afasia é a incapacidade de compreender a palavra falada, de leitura e escrita, embora essas últimas se apresentem em graus variáveis.

A afasia deve ser diferenciada das desordens da fala, como a disartria e a disfonia que resultam da fraqueza ou incoordenação dos músculos que controlam o aparelho vocal. A disartria é um distúrbio na articulação das palavras, e a disfonia um distúrbio na vocalização. Elas representam, portanto, perturbações no processo mecânico da fala; não afetam a compreensão da linguagem e sua expressão pode ainda ocorrer. Pacientes com doenças cerebelares que são disártricos ou com doença de Parkinson que são disfônicos retêm suas capacidades de linguagem, apesar das dificuldades na fala.

Disfasia: Caracteriza-se por dificuldades na aquisição da linguagem verbal. Pode ser de compreensão (lesão da área temporal Wernicke) ou expressão (lesão da área frontal de Broca). As crianças comprometidas geralmente apresentam dificuldades de elaborar palavras ou formar frases. Em um quadro mais grave que evolutivamente pode associar-se a TAE, problemas comportamentais e de sociabilização.

Disfonias: Embora não estejam incluídas nos transtornos de linguagem, as disfonias implicam as alterações na qualidade da voz ou em sua emissão, conseqüente de distúrbios orgânicos ou funcionais das cordas vocais ou ainda por uma respiração incorreta. A disfonia pode se apresentar através da rouquidão, sopro ou aspereza da voz. As circunstâncias afetivas, emocionais, os

fatores culturais e estéticos, a idade, o sexo, as exigências e autovalorização da própria voz são fatores que influem diretamente na avaliação da patologia da vocal. As disfonias podem ser causadas por alterações orgânicas, desarmonia ou incoordenação dos músculos respiratórios, laríngeos e das cavidades de ressonância, principalmente geradas pelo mau uso ou abuso vocal. O otorrinolaringologista deve ser o médico que fará exames clínicos para diagnóstico juntamente com o fonoaudiólogo que atuará na reabilitação vocal.

3.5 Transtornos desintegrativo da infância

É um transtorno invasivo do desenvolvimento com perda significativa da linguagem, jogo social e habilidades motoras.

Apraxias: disfunção neurológica caracterizada pela incapacidade de executar movimentos coordenados, sem que haja paralisia muscular.

Ex: não consegue abotoar camisa, tocar instrumento musical, fazer um desenho.

Apraxia verbal: é uma condição que dificulta alguns movimentos musculares que são essenciais para a produção de fonemas o que prejudica o processo da fala e comunicação.

Dislexia: Distúrbio do aprendizado caracterizado pela dificuldade para ler. A definição da dislexia para a Associação Brasileira de Dislexia, “é uma dificuldade acentuada que ocorre no processo de leitura, escrita, soletração e ortografia. Não é uma doença, mas um distúrbio de aprendizagem. Ela torna-se evidente na época da alfabetização, embora mesmo com uma boa instrução, inteligência adequada, oportunidades socioculturais e sem distúrbios cognitivos, quando a criança falha no processo de aquisição da linguagem. A dislexia independe das causas intelectuais, emocionais e culturais. É hereditária e ocorre com a maior incidência em meninos”.

O diagnóstico pode ser feito por meio de Exames de Imagem como: TC (tomografia Computadorizada), RMF (Ressonância Magnética Funcional); SPECT- (Tomografia por emissão de Fóton Único); PET: (Tomografia por emissão de Póstron), as características dos disléxicos são vista quando há maior incidência em canhotos e ambidestros; quando manifesta problemas no processo fonológico e problemas na linguagem oral; além de problemas com a memória de trabalho, sendo esta a dificuldade que permeia a dislexia. O distúrbio afeta de 5 a 15% da população e apresenta-se com maior ou menor intensidade em cada indivíduo,

apresentando três graus: leve, moderada e severa. Há casos de crianças que leem e não escrevem, elas têm uma resistência maior, sofrem amais. Existe uma corrente que hipotetiza a ortografia como área mais prejudicada pelo dislético e outra corrente acha que treina a ler, isto é, a leitura é menos prejudicada e escrita é mais difícil (gravar é mais difícil). Existe também a criança que lê muito bem, mas não compreende nada (dislexia de compreensão).

O diagnóstico da dislexia é clínico e o tratamento é educacional, o acompanhamento deve ser diário, semanal, mensal, ensinando a criança a ler de outra forma. A dislexia não é tratada com remédios. A compreensão é científica. Tem muitos cientistas estudando. Os tipos de dislexia: a adquirida (afasias, doenças após acidente hemorrágico, meningite, acidente de carro, não é hereditária e a segunda, de desenvolvimento visual (diseidética) e auditiva (disfonética) não decodifica foneticamente, ainda a terceira que é a junção das duas, a mista. As áreas atingidas são: linguagem oral, processamento fonológico, memória de trabalho. Aparece muitas vezes dos 8 aos 10 meses no início da compreensão das palavras e aos 15 meses quando adquire vocabulário expressivo.

Disgrafia: É um transtorno da psicomotricidade. Indica deficiência em caligrafia e às vezes em ortografia e para soletrar letras no processo de escrita. A disgrafia também é conhecida como “letra feia” porque as crianças que possuem esse tipo de distúrbio apresentam uma escrita ilegível e lenta. As crianças não conseguem coordenar as informações visuais com a realização motora do ato de escrever.

Existem dois tipos de disgrafia: a motora e a pura. A primeira atinge a maioria das crianças com este distúrbio e consiste na dificuldade em escrever palavras e números corretamente. A segunda é mais difícil de ser diagnosticada porque aparece quando a criança sofre algum trauma emocional e isso se reflete na sua letra. Existem alguns sinais que podem indicar as relações entre os problemas causados por este distúrbio e as condições emocionais da criança:

Letras pequenas de mais podem indicar uma timidez excessiva;

Letras grandes demais podem indicar uma criança que necessita estar sempre no centro das atenções;

Letras feitas com muita força, que chegam a marcar as outras páginas do caderno, podem indicar que a criança esteja tensa.

Disortografia: A disortográfica é também um problema encontrado na linguagem, onde a criança apresenta dificuldades em realizar a escrita e a fala, lidar com todas as sinalizações gráficas e outros conhecimentos. Caracteriza-se pelos sintomas: trocas, inversões, adições, junções e omissões.

Exemplos:

Troca de letras que se parecem sonoramente: faca/vaca, chinelo/jinelo, porta/borta.

Confusão de sílabas como: encontraram/encontrarão.

Adições: ventilador.

Omissões: cadeira/cadera, prato/pato.

Fragmentações: en saiar, a noitecer.

Inversões: pipoca/picoca.

Junções: No diaseguinte, sairei maistarde.

Discalculia: A discalculia está ligada às dificuldades com as habilidades Matemáticas. As crianças são capazes de compreender as lições transmitidas, mas quando tentam colocar em prática o que aprenderam, acabam trocando e invertendo as ordens das operações.

A acalculia é a total falta de habilidade para desenvolver qualquer tarefa matemática, que geralmente indica um dano cerebral. O problema aparece quando a criança é incapaz de aprender os princípios básicos de contagem. A falta de habilidade se torna mais evidente quando vai aprender a ordem dos números de 1 -10 ou quando vai resolver uma simples adição de $4 + 2 = 6$. O grupo de pessoas com acalculia representa menos de 1% da população. A pseudo-discalculia apresenta características semelhantes às da discalculia, mas é resultado de bloqueios emocionais. O estudante tem habilidade cognitiva para ter êxito em matemática. As meninas são a maioria esmagadora de estudantes com pseudo-discalculia. Os comentários negativos dos meninos levam à falta de confiança. Para superar esta dificuldade o caminho são conversas com pais, professores e o orientador educacional; trabalho psicopedagógico para elevar auto estima da criança e, nos casos mais difíceis, acompanhamento de Psicólogo, e para somatizar a equipe multidisciplinar que atendem o educando, os neuropsicopedagogos além de ter uma visão de como ocorre a aprendizagem do educando, também possuem vistas para a metodologia de ensino do professor, pautados nos estudos descritos acima, possuem competência para orientar de que forma a aprendizagem pode se tornar mais significativa tanto na metodologia do professor quanto no processo de aprendizagem do aluno.

4. PERCURSO METODÓLOGICO

4.1 Tipos de estudo

Foi realizado um estudo bibliográfico e uma pesquisa de campo dentro das abordagens qualitativa e quantitativa.

[...] o ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento é necessário, num primeiro momento, que se faça uma pesquisa bibliográfica. Num segundo momento, o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e num terceiro momento, o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis. (BONI;QUARESMA, 2005p.70)

A pesquisa foi desenvolvida exclusivamente com professores, realizada através de questionários contendo perguntas objetiva e subjetiva.

4.2 Campo de estudo

Trabalho foi desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ribamar Barros Monteiro, no município de Salinópolis. Está localizado na Rua Maria Nascimento, no Bairro Bom Jesus, situada na zona urbana, área periférica da cidade. Atende hoje, alunos de Educação Infantil III, IV, V e Educação Fundamental I de 1º ao 5º ano.

Foi inauguração no dia 04 de abril de 1995, em um terreno de invasão, antes de sua construção era uma enorme horta, e entre 1992 e 1994 o bairro Bom Jesus estava sendo ocupada por pessoas vindas de outros municípios vizinhos e alguns moradores do município, onde foi reservado o terreno que hoje está à escola, plantou-se uma horta para que se evitasse que houvesse ocupação do mesmo, para onde a principio, foi projetada a construção de uma escola, um posto médico e uma praça. Nesse período sequer havia ruas no bairro, o números de residências era relativamente limitadas e a única rua existente era a que dava acesso para o antigo lixão, situado às margens da área de mangue.

No ano de 1994 foram abertas as ruas e “organizados” os terrenos para que os moradores pudessem construir suas casas. Logo o novo bairro a cada dia ia tomando dimensões, chegando novos moradores e as escolas na época existentes próximas do bairro não continham a demanda de alunos que estavam em idade escolar, porém, com dificuldades para conseguirem vagas em escola relativamente “próximas” de suas residências, fazendo com que a demanda de

alunos que procuravam as escolas do centro da cidade encontrassem enormes dificuldades de locomoção em virtude da distância e a carência e precariedade do transporte escolar que na época dispunha somente de um único ônibus que a partir do trevo da Atalaia transformava-se em um verdadeiro “pau-de-arara”, inclusive não parando mais para conduzir os alunos que se aglomeravam nas margens da rodovia PA 124.

No segundo semestre do ano de 1994, se limpa o terreno já pré-destinado para uma escola, um posto médico e uma praça e dá-se início as obras de construção de uma escola municipal com 02 salas de aula, que no ato de sua inauguração, no dia 04 de abril de 1995 recebeu o nome de José Ribamar Barros Monteiro. O objetivo principal da escola municipal de ensino fundamental é atender educacionalmente as crianças em idade escolar residentes no bairro Bom Jesus, sem discriminação étnica racial, de credo religioso ou de ideologia partidária, contemplando cabalmente o que rege na Lei Federal Nº 8.069/90, publicada no D.O.U. (Diário Oficial da União) em 13/07/1990, que criou o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em seu Artigo 53, item V, que diz: “A criança e o adolescente tem o DIREITO A EDUCAÇÃO, visando pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: Acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência”.

A escola possui um perfil socioeconômico carente, onde as famílias atendidas por este estabelecimento de ensino em maioria absoluta vivem com uma renda mínima e com raras exceções, há uma discreta minoria que possui uma renda mais elevada.

Entretanto comprova-se que 70% dos alunos atendidos são beneficiários de algum programa social de geração de renda do governo federal, como: PETI, bolsa família e outros.

Após a inauguração, em 04 de abril de 1995, a escola iniciou atendendo uma clientela de 180 alunos.

No ano de 1999, precisamente no mês de março, era concluída a construção de mais duas salas de aula e o grade amento da escola José Ribamar, sendo finalmente no período de 2002 a 2007 construídas mais quatro salas de aula, totalizando oito salas de aula. Ressalta-se que a escola municipal de ensino fundamental José Ribamar Barros Monteiro, funcionava regularmente com educação infantil e do 1ª a 4ª série do ensino fundamental, distribuídos em 3

turnos: manhã, intermediário e tarde. A partir do ano de 2001, foi implantado no 4º turno (noite) a EJA (Educação de Jovens e Adultos) 1ª e 2ª etapas, no que continua até os dias atuais.

Segundo o que foi pesquisado na secretaria da escola, a cada ano a escola vem ganhando destaque no bairro sendo procurada para atender a demanda não apenas do bairro Bom Jesus, mais de outros bairros vizinhos que os pais ou responsáveis dão preferência para que seus filhos sejam educados ou alfabetizados e estudem até ao 5º ano do ensino fundamental, na escola municipal José Ribamar Barros Monteiro. Eis alguns dados pesquisados:

- Ano de 1995: matricularam-se regularmente 180 alunos.
- Ano de 1996: matricularam-se regularmente 227 alunos.
- Ano de 1997: matricularam-se regularmente 300 alunos.
- Ano de 1998: matricularam-se regularmente 380 alunos.
- Ano de 1999 e 2000: matricularam-se regularmente 401 alunos.
- Ano de 2001 a 2004: matricularam-se regularmente 723 alunos.

Atualmente (2019), encontram-se matriculados regularmente 648 alunos. A escola dispõe de vinte quatro salas de aulas, oito banheiros para os alunos, uma secretaria que funciona também como diretoria, um banheiro para os funcionários, uma biblioteca, uma copa com um depósito para armazenar alimentos e material de limpeza. Possuem uma área livre descoberta e uma quadra para as atividades de Educação Física.

A referida escola apesar de ter sido reformada e ampliada ainda sim apresenta espaço físico inadequado e insuficiente para a demanda de atendimento, o numero de funcionários não é suficiente, não tem cuidador para atender em sala de aula os alunos com deficiência física, não possuindo laboratório de informática, sala de professores, biblioteca e sala de recursos multifuncionais.

A escola funciona com cinquenta e quatro funcionários, sendo distribuídos da seguinte forma: vinte quatro professores - sete da Educação infantil, dezessete do Ensino fundamental I, três de Educação Física, e quatro do Projeto Acelerar - uma diretora, uma vice-diretora, um secretário, um coordenador pedagógico, um psicopedagogo, um assistente administrativo, um auxiliar administrativo, seis

auxiliares de serviços gerais, dois vigias e dois porteiros. As turmas estão divididas em:

	MANHÃ		TARDE	
	Nº DE ALUNOS	Nº DE TURMAS	Nº DE ALUNOS	Nº DE TURMAS
INFANTI III	24	01	25	01
INFANTI IV	25	01	50	02
INFANTI IV	25	01	25	01
1º ANO	27	01	-	-
1º ANO	28	01	-	-
1º ANO	-	-	30	01
1º ANO	-	-	30	01
2º ANO	27	01	-	-
2º ANO	28	01	-	-
2º ANO	-	-	29	01
3º ANO	29	01	-	-
3º ANO	29	01	-	-
3º ANO	-	-	29	01
4º ANO	28	01	-	-
4º ANO	27	01	-	-
4º ANO	27	01	-	-
4º ANO	-	-	28	01
5º ANO	29	01	-	-
5ª ANO	29	01	-	-
5º ANO	-	-	29	01

No ano de 2018, a escola recebeu recursos do PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola) do Governo Federal, em consequência do índice baixo no IDEB. A verba foi destinada para as compras de materiais pedagógicos, permanente e cursos para capacitação de professores. Sua clientela é composta de alunos de baixa renda, que moram nos bairros próximos da escola. A maioria de nossos alunos são filhos de caseiros, pedreiros, carpinteiros, pescadores ou que vivem de trabalhos informais e ajuda de programas de Governo Federal (Bolsa Família). Assim os alunos atendidos pela escola residem nas proximidades

e até mesmo em bairros distantes no interior que precisam de condução para chegar a escola.

Os alunos atendidos pela escola são em sua maioria classificados economicamente, de baixa renda, filhos de pais pescadores, agricultores, pedreiros, caseiros e pessoas que exercem atividades informais (garçons, vendedores ambulantes, cozinheiros, faxineiros, empregados domésticos, jardineiros, etc.)

Assim como os alunos, as famílias também têm as mesmas características econômicas, onde muitos sobrevivem com dois, um ou nenhum salário mínimo. Porém, contam com o auxílio de programas federais como o bolsa família, sendo esta a realidade da maioria. Por isso muitos dos alunos frequentam a escola por obrigação para garantir a ajuda financeira.

Vale ressaltar que a estrutura familiar de muitos de nossos educandos é baseada em pouca afetividade – filhos de pais separados, ou criados com avós ou outros parentes, etc.

Neste contexto muitos dos alunos se veem obrigados a trabalhar pelas praias e pontos turísticos da cidade para melhorar as condições financeiras da própria família, com isso dedicando parte do seu tempo a atividades informais, deixando uma lacuna na sua aprendizagem e frequência na Escola.

O processo ensino aprendizagem é feito através de um plano anual elaborado no início do ano letivo e levando em considerações projeto político pedagógico ao da Secretária Municipal de Educação em atividades relacionadas ao dia-a-dia dos alunos. O processo de avaliação adotado é a observação diária do desenvolvimento dos alunos durante os trabalhos realizados em sala de aula.

4.3 Coletas de dados

A pesquisa será pautada no método teórico-metodológico da teoria quantitativa e qualitativa, Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que busca explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, teses e livros. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental, mas em ambos os casos, buscam conhecer e analisar contribuições científicas existentes sobre um determinado assunto. A pesquisa terá como abordagem teórica uma análise qualitativa dos dados, diante da complexidade que representa o problema e da dinâmica do sujeito com o mundo,

utilizando coleta de dados disponíveis sobre as dificuldades enfrentadas por professores de uma escola no município de Salinópolis-Pará.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

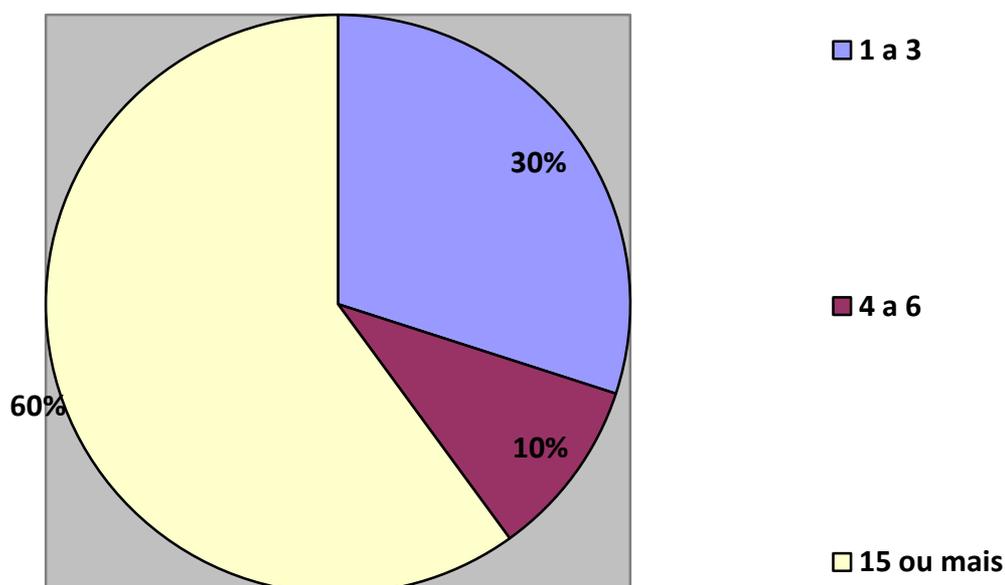
5.1 Processos de Análise

Os dados foram apresentados em forma de porcentagem de acordo com a categoria sujeito da pesquisa.

Os questionários foram aplicados aos 24 (vinte quatro) professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

PROFESSORES

Questão1. Há quanto tempo você trabalha como docente?

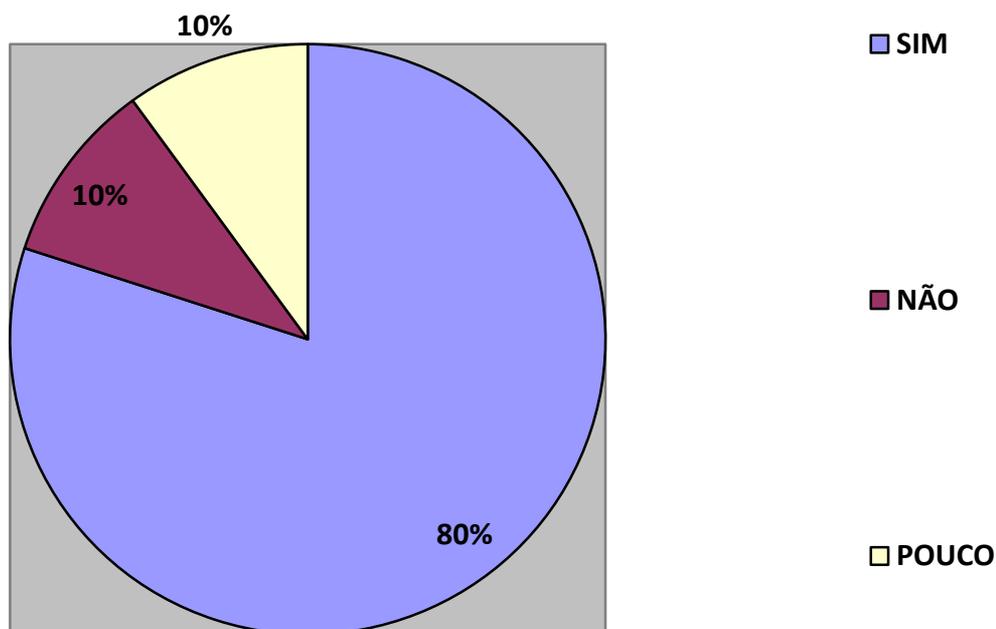


Fonte: Esc. Mun. José Ribamar Barros Monteiro

Nesse primeiro gráfico 60% dos professores entrevistado responderam que trabalham há 15 anos ou mais, alguns são efetivos e outros são concursados desde 2004. E 30% responderam que trabalham 1 a 3 anos contratados pelo gestor do município e 10% afirmaram que sim que trabalham esse tempo, pois fizeram o terceiro concurso no município. Diante das respostas dadas pelos docentes até hoje, vários professores desconhecem o fato de que a complexidade dos problemas educacionais vigente de inclusão educacional há uma resistência

em experimentar outros meios didáticos de ensinar os conteúdos e ações para tornarem as aulas mais atrativas e dinâmicas.

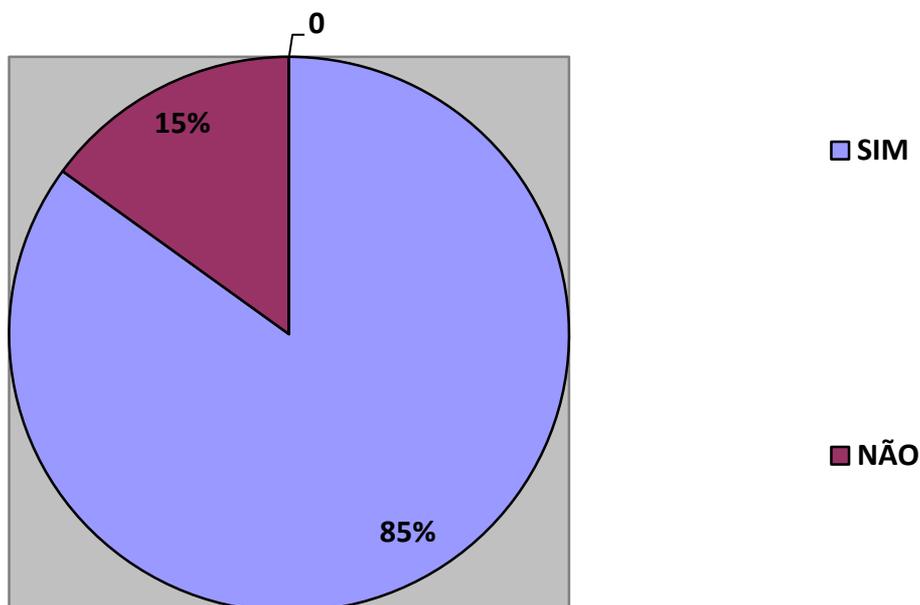
Questão 2. Você tem conhecimento da legislação que normatiza a Educação Especial em nível de Brasil?



Fonte: Esc. José Ribamar Barros Monteiro

Nesse gráfico retrata a opinião dos professores entrevistados no qual 80% responderam que tem pouco conhecimento da legislação que normaliza a Educação Especial a nível do Brasil. Acredita-se que os 10% dos professores não conhecem a legislação de inclusão e outros 10% pouco tem conhecimento. Este gráfico revela que muitos docentes não confiam na potencialidade ou talvez sentem dificuldade de relacionar teoria e prática, ausência de estímulo para desenvolver uma postura investigativa, então, os cursos de formação continuada específica para os docentes é o melhor caminho para orientar e mediar de forma significativa a aprendizagem para promoção ativa na inclusão de alunos com necessidades especiais.

Questão 3. Você professor (a) tem dificuldades para trabalhar com alunos portadores de deficiência?



Fonte: Esc. José Ribamar Barros Monteiro

Ao levantar essa discussão foram citados vários fatores que dificultam os professores para trabalhar com alunos com portadores de deficiência, então os 85% que responderam sim definiram grande dificuldades. E os 15% afirmaram que não tem dificuldade a deficiência. Analisando algumas falas onde a reclamação de apoio pedagógico PR parte a SEMED Secretária Municipal de Educação, direção escolar, material pedagógico, materiais e equipamentos necessários a parceria da família a desvalorização de formação de professores a alguns manifestam a vontade de capacitar, mas sobres as deficiências e os transtornos, porém e possível notar a ausência de aquisição na implantação de políticas públicas tanto aos professores, quanto aos alunos, para que a educação inclusiva se concretize. Dentro desta categoria se faz mais que necessário o apoio técnico e uma formação para inclusão educacional. O professor precisa se persistente e acreditar no seu potencial mesmo se sentido só num processo de ensino e aprendizagem que existem menores e maiores complexidades, deve atender e assumir o saber lidar com o ingresso do aluno com algum tipo de deficiência e distúrbio de comportamento dentro da escola, ou seja é preciso ir à busca de informações que

contribuam e enriqueçam o seu conhecimento para que saibam lidar com diversidade posta pela inclusão.

Questão 4. Nas suas aulas você trabalha com algum material diferenciado direcionado para as crianças deficientes?

Nessa questão 100% dos docentes afirmaram que na escola há jogos disponíveis. Nos quais foram adquiridos por meio do recurso disponibilizado pelo programa dinheiro direto na escola (PDDE). Mas as barreiras e limitações a serem superados dependem da iniciativa do professor, citaram as experiências vividas e afirmaram que quando as aulas são diferenciadas se tornaram muito mais interessantes. Os alunos aprendem com jogos a concentração é maior quando dirigida, assim estimula e desenvolve o raciocínio lógico, o pensamento independente, criativo capaz de resolver problema. Os professores precisam de novas alternativas e os jogos é um recurso favorável no ensino alcançando aprendizagens significativas para o educando no processo de inclusão no ambiente escolar. Nesse gráfico revela que em comparação a primeira questão inclui os docentes que utilizam os jogos raramente, sendo assim afirmação pelo planejamento engloba 80% que, ao aplicar o jogo se faz uma previa e traça os objetivos que almejam atingir. E os 10 % do não, revela- nos que o jogo quando utilizado em sala serve como descontração ou passa tempo. E os 10% do raramente nos faz refletir sobre a oscilação do docente em sua pratica profissional.

Observa-se que quando o professor afirma que ainda não faz um planejamento ao aplicar o jogo significa que os mesmos desconhecem ou desprezam o jogo. Então, acredita-se que nenhum recurso ou método diferenciado é significativo se não tiver pautados e elencados a uma proposta inicial.

A utilização de material diferenciado e direcionado na escola não e algo novo, assim como e bastante conhecido no seu potencial para o ensino e aprendizagem. Sabendo que, quando planejados sem perder a ludicidade associado à proposta curricular especifica. Esta torna – se um recurso favorável à aprendizagem, participação e sociabilidade. Novas metodologias amenizarão obstáculos que o pelo processo de ensino e aprendizagem das crianças com necessidades especiais.

Diante disso nota-se que cada criança tem o processo de desenvolvimento diferente, algumas aprendem com maior facilidade enquanto outras aprendem

mais devagar. E nesse momento que é de fundamental importância que o professor analise individualmente cada criança para poder adequar os conteúdos conforme a necessidade de cada um, quando o professor sente a dificuldade de entender essas diferenças o aprendizado do aluno cai muito, dessa forma o neuropsicopedagogo pode intervir de maneira a ajudar tanto o educando quanto o educador.

Nota-se que em alguns casos, as estratégias de ensino não estão de acordo com a realidade do aluno, pois a prática do professor em sala de aula é decisiva no processo de desenvolvimento dos seus alunos, essa talvez seja o momento do professor rever a metodologia utilizada para ensinar seu aluno.

Através de outros métodos ou atividades ele poderá detectar quem realmente está com dificuldade de aprendizagem, evitando os rótulos muitas vezes colocados erroneamente, que prejudicam a criança trazendo-lhe várias consequências, como a baixa-estima e até mesmo o abandono escolar.

As mudanças de estratégias de ensino podem contribuir para que todos aprendam de maneira correta e eficaz, fazendo com que haja menos evasão escolar e mais probabilidade de o aluno permanecer dentro da sala de aula.

Portanto, ensinar e aprender são processos interligados.

Não podemos pensar em um, sem estar em relação ao outro. Ainda segundo Fernandez (2001, p.29), “entre o ensinante e o aprendente, abre-se um campo de diferenças onde se situa o prazer de aprender”. Ensinantes são os pais, os irmãos, os tios, os avós e demais integrantes da família, como também, os professores e companheiros da escola.

De acordo com Sena, Conceição e Vieira (2004), o processo de ressignificação da prática pedagógica se constrói por meio de um processo que se efetiva pela reflexão crítico reflexiva do professor sobre seu próprio trabalho, isto é, a partir da base do contexto educativo real, nas necessidades reais dos sujeitos, nos problemas e dilemas relativos ao ensino e à aprendizagem.

O professor não apenas transmite os conhecimentos ou faz perguntas, mas também ouve o aluno, deve dar-lhe atenção e cuidar para que ele aprenda a expressar-se, a expor suas opiniões.

Segundo Firmino (2001) as evidências sugerem que um grande número de alunos possui características que requerem atenção educacional diferenciada. Neste sentido, um trabalho neuropsicopedagógico pode contribuir muito, auxiliando educadores a aprofundarem seus conhecimentos sobre as teorias do

ensino e aprendizagem e as recentes contribuições de diversas áreas do conhecimento, redefinindo-as e sintetizando-as numa ação educativa.

Na escola, o aluno com necessidades especiais é de responsabilidade de toda a unidade escolar, ao contrário do que muitos pensam, de que esta responsabilidade é só do professor. Todos devem estar envolvidos e auxiliar esses alunos, pois muitos estão entrando nas escolas e precisam ter compreensão da mesma, sobre o que é ensinar. Carvalho (1997) afirma: “Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes à minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados [...]”

No “contexto destas linhas de ação o termo necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. CARVALHO (1997, apud Mendes, pag. 21, 2011). A escola tem o dever de fornecer os serviços de apoio pedagógico especializado, ou alternativas encontradas, em comum acordo com a família.

5.2 Opinião dos educadores na escola pesquisada

De acordo com as opiniões dos docentes entrevistados, é grande as dificuldades para trabalhar ambiente escolar com a inclusão varia de estrutura física das instituições a formação do corpo docente, além do preconceito da sociedade. [...] é valorização de incentivo de sua potencialidade para que possa ter o desenvolvimento pleno de sua capacidade. Segundo diretrizes e base traçadas pelo Ministério da Educação MEC, no Brasil as alternativas utilizadas são: enriquecimento curricular e aceleração ou as duas combinadas tanto quanto outra deve está adequadas à realidade do aluno. (Silveira; Nascimento, 2011, p.133)

Assim como os autores os professores descreve que a escola em conjunto atende todas as crianças como autores coloca escola atendi todas as crianças como se fossem todas iguais, na prática cada qual tem sua condição, cabe

professor adequar metodologia de ensinar e com isso dar possibilidade de compreensão dos conteúdos. O atendimento às mais diversas necessidades dos alunos têm sido uma preocupação expressiva para os professores nas escolas que possam desde a construção dessas que foram construídas para atender uma parte somente da sociedade, ainda tem a formação do docente que não tem entusiasmos para atender os alunos inclusos falta de preparo, melhores salários estruturas adaptadas e algumas vezes o apoio por parte de gestão e também de falta de preparo para atender o processo de inclusão escolar.

Na prática pedagógica vindo da inclusão e da escassez de recurso didático e a formação continuada de professores, uma interferência para ser superada por todos. Somos uma sociedade acostumada atribuir à culpa, ou encontrar quem errou quando algo vai mal exatamente por isso não existe uma definição sobre essa questão que jogamos essencialmente uma abordagem, crítica sobre o tema a ciência ressalta-se que o trabalho que se apresenta sobre ação pedagógica não tem a pretensão de ser conclusivo, mas esse aumente um diagnóstico das interferências negativas dessa escassez de recursos e formação continuada de professores. A educação vem adquirindo importância crescente nos debates a respeito da política educacional brasileira, e vale ressaltar em especial a educação inclusiva que a partir dessa inclusão o aluno sofre constante mudanças. Vários desafios irão surgir será produtiva na busca pela independência que se apresenta com frequência neste processo à falta de investimento na formação do profissionalismo capacitados para atuar nesta área também a escassez de recursos didáticos como suporte para ação pedagógica.

A Educação Inclusiva deveria ser a primeira etapa da educação básica a estabelecer de bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional e da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa quando positivas tende a reforçar o longo da vida as atividades de autoconfiança, de cooperação, solidariedade e responsabilidade. Percebe-se o quanto é importante e significativa educação inclusiva a interação no desenvolvimento do aluno, pois ele ao entrar em contato com o novo ambiente explora objetos do mundo físico e se comunica com os outros. Sabe-se que se os alunos com frequência sobre uma educação de qualidade sempre ouvimos o discurso que a educação é o melhor caminho para o desenvolvimento integral do ser humano, mas no Brasil esse discurso se contradiz

a prática ponto na esfera administrativa os orçamentos e investimentos em educação estão muito abaixo das expectativas e a corrupção visível nos diversos setores contribui para que os projetos educacionais não alcancem em sua totalidade campanha publicitária tem um que tem como tema, por exemplo, todos por uma educação de qualidade estão cada vez mais presentes no nosso cotidiano Será que todos realmente são conscientes da sua parcela de contribuição para a educação de qualidade tão divulgada? a sociedade deposita na escola a responsabilidade por uma boa educação e a escola por sua vez repassa essa responsabilidade sobre educadores e operadores com os principais facilitadores dessa educação nem sempre estão preparados para absorver essa responsabilidade. Fóruns dos conselhos conferências congressos são realizados para discutir sobre os problemas e apontar soluções. Porém a educação só poderá ser de qualidade quando todos os setores públicos privados e instituições educadoras educandos enfim as sociedades em geral estiverem conscientes de suas responsabilidades juntos possam traçar metas para chegar esse objetivo comum.

5.3 A escola como meio de preparar para vida.

A escola ficou com esse papel preparar para vidas, historicamente a escola ficou com esse papel social, instituição escolar é responsável pela formação do indivíduo, mas sabemos que essa função não é basicamente apenas da escola, as famílias assim como as diversas instituições da sociedade também são responsáveis. A partir dessa afirmativa podemos pensar em uma forma mais clara e objetiva sobre os diversos aspectos relacionados a tarefa da escola, a cada momento social político e histórico.

A escola como instituição social estabelece um vínculo ambíguo como a sociedade é preciso ter clareza desta ambiguidade da escola no trabalho educacional, onde a vida escolar deve estar articulada com a vida social.

A educação moderna está em crise porque não é humanizada, separa o pensador do conhecimento, o professor da matéria, o aluno da escola, enfim, separa o sujeito do objeto. (Augusto Jorge Cury, p. 139, 2003)

O vínculo professor-aluno é o sustentáculo da vida escolar. Tal vínculo deve se estabelecer de forma a viabilizar todo o trabalho ensino-aprendizagem.

Precisamos ter professores preparados que estabeleça uma parceria com seus alunos, ao qual permite o diálogo com conhecimento.

Para proporcionar uma boa relação com jovem, é importante que os professores compreendam o processo de desenvolvimento da criança e da adolescência, lendo, estudando dialogando com os jovens ouvindo-os, por isso é crucial para se abrir portas a partir de ações preventivas.

O trabalho docente com portadores de necessidades educativas especiais na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como elaboração, a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciem a profissionalização, valorização e identificação docente (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

Algumas atividades podem ajudar a escola neste processo: É preciso que o orientador educacional desenvolva um trabalho planejado e que seja de acordo com a filosofia e com a proposta pedagógica da escola. A coerência é aspecto essencial e efetivo. Ter inserção na grade curricular de pelo menos uma aula para que o orientador possa trabalhar de maneira preventiva abordando temas (como Inclusão, agressividade autoestima, família, sexualidade, deficiência entre outros) necessários a cada turma, proporcionando momentos de reflexão através de debates e seminários exposições orais e escritos etc.

Fazer com que o aluno perceba que há coerência entre esses valores e o que ele espera da vida, então não há dúvida, ele se tornará uma pessoa que de autorrespeito, pelo simples fato de respeitar esses valores. O papel da escola é justamente esse: fazer compreensível o significado dos conceitos das normas e valores, se esforçar para torna-los visíveis, assimilar os valores no seu comportamento ao conscientizá-los na sua relação com os outros alunos afirmando sua autonomia, estabelecer limites ao exercício da liberdade, contribuir para uma convivência democrática. Desta forma, a escola deve preocupar-se, possibilitando condições para que a sociedade que a abriga ingresse em seu meio, assumindo assim seu compromisso como local de transmissão de saber e construção do conhecimento o papel da escola neste mundo que se transforma, deve estar equilibrado entre uma função sistêmica de preparar cidadãos tanto para desenvolver suas qualidades como para a vida em sociedade. Ao mesmo tempo, deve exercitar sua função crítica ao estudar os principais problemas que interferem em sua localidade, devendo apontar soluções. (BRASIL, 2001)

Fazer um trabalho em conjunto com a direção e coordenação pedagógica, reservando reuniões semanais para um momento com os docentes, tendo como pauta elemento leve ao professor reflexão, para que ele construa sua postura do educador realmente, avaliando suas práticas e motivando para o trabalho de formação humana.

Transformar as reuniões de pais em cantos produtivos e construtivos em que haja em momentos de interação família corpo docente, direção, e que tenha como ponto fundamental temas sobre educação dos filhos oferecendo auxílio na educação elevando-os a compreender que a escola e as famílias devem está de mãos dadas.

Promover diálogo sempre antes de punições diretas oferecendo ao aluno a oportunidade de falar e corrigir possíveis erros direcionado-os para as atividades educativas dentro da escola, fazendo aluno sentir que teve uma chance e que as pessoas o valorizam.

A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças (ZIMMERMANN, 2008, p. 01).

Assim a educação não pode prescindir a formação do senso crítico, até para enfrentar o mundo complexo em que vivemos os jovens têm que ter opinião própria a respeito da política dos costumes de tudo que envolve sua vida.

6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A educação para pessoas com necessidades especiais sempre foi um tema muito controverso. Hoje existem leis federais para garantir que atendam as suas necessidades. Como exemplo pode-se citar a Constituição Federal, artigo 3, seção IV que constitui os objetivos básicos da República Federativa do Brasil, requerendo promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Lei Federal n^o 7853 de 1989/10/24, que estabelece normas gerais e os requisitos básicos para a acessibilidade para pessoas com deficiência ou pessoas com mobilidade reduzida e outras medidas, e a Resolução n^o 3298 de 20.12.1999, alterado pelo Decreto n^o 5.296 de 2/12/2004, que dispõe sobre a política nacional para a integração das pessoas com deficiência, que consolida as normas de proteção e dá outras providências (FERREIRA, 2006).

Um ponto muito importante notar foi à promulgação da referida lei acima, que tem o apoio necessário para proporcionar às pessoas com deficiência. Aqueles com deficiência são garantidos pelo governo e suas agências, para exercer os seus direitos básicos, como educação, saúde, trabalho, lazer, seguridade social e outras pessoas que decorrem da Constituição e outras leis do país, que pode facilitar o bem-estar, competência social, pessoalmente e financeiramente.

Como mencionado anteriormente, é dever dos órgãos governamentais e entidades da administração direta e indireta fornecer uma prioridade, e que o tratamento adequado pode tornar possível as medidas contidas na referida Lei, da inclusão no ensino da educação especial, habilitação e reabilitação profissionais, e a inserção de oferta especial obrigatória tanto privados como públicos, tendo a oferta de programas de educação especial em hospitais para aqueles que estão hospitalizados por um período igual ou escolas do que um ano, o acesso a materiais e merenda escolar e bolsas de estudo, bem como a inscrição obrigatória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e privados de pessoas com deficiência que são capazes de se integrar no ensino regular.

A escola não pode se recusar a matricular pessoas com deficiência, sendo crime inscrito no artigo 8^o da Lei 7853/89, tanto em escolas públicas quanto em privadas. A Resolução CNE/CEB n^o 2 estabelece as diretrizes nacionais para a formação dos alunos que precisam de cuidados especiais, independentemente

das etapas e procedimentos. Portanto, este item começar na educação da primeira infância, incluindo o jardim de infância e pré-escolar.

No entanto, é importante ter uma avaliação e interação tanto no âmbito da família e da comunidade. É dever da escola para organizar de uma forma que garante as condições necessárias para o aluno a ter uma boa educação. Para isso, é preciso obter a funcionalidade responsável pelo setor de educação, composto por humanos, materiais e recursos financeiros para fazer esta educação especial viável. Mas apesar de toda a legislação anterior, o serviço completo para esses alunos ainda não é uma realidade. As dificuldades de integração e inclusão dos alunos continuam latentes. Os surdos como, por exemplo, têm sérios problemas linguísticos e cognitivos, e apresentam dificuldades em leitura e escrita, também no comportamento social da comunidade ouvinte, tendo o isolamento por causa do estigma e estereótipo da surdez, além disso, atrasos escolares e dificuldades de aprendizagem são muito relatados. Juntamente com o problema de interpretação do texto, ainda sente dificuldade em abstrair surdo, o que aumenta a dificuldade de aprendizagem.

Apesar destas dificuldades, é importante notar que foram tomadas medidas para garantir a educação inclusão, entre eles, havendo um reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, cuja língua materna dos surdos. Este reconhecimento garante a prestação de interpretar esta linguagem para os alunos que dela necessitam, porém não foi suficiente.

Como apontado no a BNCC- Base Nacional Comum Curricular no Ensino Fundamental é um componente importante na construção da cidadania, na medida em que a sociedade está cada vez mais utilizando conhecimento e recursos tecnológicos científicos, como os cidadãos devem se apropriar-se.

Ao tomar o trabalho que já estava em processo de alunos do ensino primário e do ensino secundário, os alunos geralmente não percebem que os professores, não poderia levá-los a interiorizassem aprendizagem, por causa do fato de usar a oralidade em suas aulas, com o apoio adequado, e enquanto não se recebe a orientação do conteúdo ensinado, portanto, torna-se necessário para considerar as habilidades e conhecimentos para estudantes portadores de necessidades educacionais.

Após diversos meses de atividades com os alunos, portadores de deficiência, transtornos globais e desenvolvimento de altas habilidades, o professor consegue perceber que eles querem trabalhar como guia de conteúdo,

mas não é possível atender ao aluno com conteúdos diferentes em poucas horas de aula, pois enquanto uns assistiram, o outro estava em espera para que a classe não seja produtiva e em desacordo com o planejamento, sendo assim é preciso um Atendimento Educacional Especializado-AEE em ambiente dotados de equipamentos e materiais pedagógicos.

O professor ou educador deve ser apoiado com um suporte educacional designado, ou seja, ter a sua presença em três requisitos fundamentais. Ter conhecimento das habilidades, o conhecimento correto e adaptar os seus métodos de maneira orientada.

Nestes casos, o educador em especial deve ser sempre sensível, sendo um facilitador, refletindo e considerando todos os aspectos da transferência de conhecimentos. Isto significa que a escola está focada em estudantes e promove o desenvolvimento e melhoria de seu potencial. Uma das máximas no ensino educacional, para portadores de deficiência, transtornos globais e desenvolvimento de altas habilidades, que o aprender a aprender e o aprender a fazer, devem vir no sentido de aprender a ser.

Assim o educador, deve ter todos estes requisitos, e devem, sempre que possível preparar materiais didáticos específicos para facilitar o método de ensino, sempre com foco aprendizagem.

A chave é realmente aproveitar as habilidades que o aluno tem para facilitar o ensino. Sempre se deve respeitar o aluno com deficiência e nunca limitar, ou seja, fazer a sua integração e permitir que ele para dê asas à sua imaginação e desenvolvimento.

Para contribuir para a inclusão de discussões sobre inclusão social e, mais especificamente, em salas regulares, não se pode ignorar o fato de que ela tem propriedades muito especiais, que também pode ser chamado de aprendizagem educacional, que se deve lançar com muito cuidado para analisar como esse aprendizado ocorre originalmente, através da mediação de um terceiro sujeito. Com uma nova linguagem dentro da escola, surgem novas perguntas frequências progressivamente maiores pensando em percursos educativos a serem seguidos na educação inclusiva, os professores de sala regular não são especialistas em métodos especiais de ensino escolar que garantam a inclusão de todos os alunos nas escolas regulares, mas que uma ação efetiva e coletiva, com o objetivo de transformar as escolas e melhorar a formação de professores para trabalhar com as diferenças na sala de aula que devem ser obrigatórios. Ou seja, a construção

de uma educação inclusiva só pode ser esperada na medida em que tal discussão é colocada em todos os ambientes da escola, incluindo este debate entre todos os profissionais envolvidos com a educação de portadores de deficiência, transtornos globais e desenvolvimento de altas habilidades.

O fato é que, hoje, esse cenário mudou pouco, pois ainda existem diversos problemas, tais como a falta de formação inicial e continuada de professores na área da Educação Inclusiva, a falta de uso de vários métodos que podem incluir as tecnologias apropriadas, o preconceito contra portadores de deficiência, entre outros fatores.

Com a consideração inicial acima, acredita-se que este trabalho, que tem como objetivo analisar as dificuldades do professor em sala de aula e contribuir para a aprendizagem de portadores de deficiência, transtornos globais e desenvolvimento de altas habilidades para que sejam incluídos em salas de ensino regular.

Pode-se ver que muitas das recomendações vêm por causa do processo de comunicação que ainda está em construção, ou seja, o domínio. Nestas circunstâncias, o ensino e aprendizagem, com o uso de materiais manipuláveis, e entre eles as áreas de lazer, como jogos, por exemplo, podem ser ferramentas básicas de aprendizagem na construção do conhecimento dos alunos e de formas adequadas para tornar a aprendizagem significativa para esses alunos. Com a aquisição da linguagem eficaz e, nesse sentido, de propriedade do canal de comunicação pode explorar muito mais dos detalhes no processo, incluindo o pensamento abstrato inerente do conhecimento a teoria.

Este trabalho reforça as reflexões sobre alguns dos resultados que se relacionam com as implicações educacionais de ensino de alunos com a demanda. Porém, o ensino normal é desprestigiado, o ofício de professor não é bem aceito pela sociedade, pois cada dia mais há pessoas desinteressadas em atuar nesta profissão em decorrência dos baixos rendimentos oferecidos e pela falta de compreensão acerca da própria necessidade de formação específica para o exercício do magistério da educação elementar.

Devido à sua complexidade e de difícil entendimento, porque muitas vezes tendem a criar uma barreira que faz com que muitos alunos não entendem o conteúdo, mesmo sendo simples. E tratar este assunto citado no contexto educacional de alunos, parece que eles sentem sérios problemas por causa da

linguagem usada nas declarações, no desenvolvimento de problemas contextualizados, porque eles não são bem interpretados.

As estratégias utilizadas na sala de aula, no contexto de ensino e aprendizagem e forma dinâmica devem encorajar as experiências significativas para os alunos. Isto tem uma tendência a aprender a ser significativa. Sobre isso, diversos enfatizam a importância dos meios de comunicação. Na sala de aula de uma escola inclusiva, devem ser diferenciados os materiais de ensino, a abordagem metodológica do professor, sendo abrangente para resolver as dificuldades enfrentadas pelos alunos. O problema que se coloca é devido ao fato de que muitas escolas não estão preparadas e adaptadas para essa realidade inclusiva. Com isso, observa-se que as dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação Inclusiva ocorrem por vários motivos, mas a coisa mais importante a ser destacada é a questão do despreparo, que é difícil de entender para eles alunos com portadores de deficiência, transtornos globais e desenvolvimento de altas habilidades, tendo as posturas tradicionais adotadas por professores e ausência de suporte adequado em seu contexto educacional.

O estudo permite apreciar que os professores no ensino básico podem enfrentar dificuldades para atuar pedagogicamente junto aos educandos com deficiência, principalmente os que apresentam dificuldades com relação à aprendizagem e a participação, quanto a atingir os objetivos propostos. Quanto ao apoio necessário para atuar, os professores tem dificuldades também aos recursos pedagógicos, a formação específica na área de deficiências e tantas outras, porém, mesmo não tendo preparo suficiente, os professores procuram e devem atender todos os alunos, ou seja, fazer o trabalho dele.

Para atuar no cotidiano em sala de aula, com educandos que tem dificuldades de aprendizado, os professores sentem falta de formação e do conhecimento das necessidades educativas dos alunos com deficiência com limites do déficit intelectual e o professor para mediar às relações, precisa mobilizar os conceitos e organizar os conteúdos estrategicamente, para que estes alunos se adaptem de determinados conhecimentos sistematizados e disponibilizados pela escola.

Como base a promulgação da LDBN - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - 9394/96, que reafirmou o compromisso com a inclusão preferencialmente na Rede Regular de Ensino e criou os caminhos legais apontando entre outras questões como a garantia para a formação docente, tanto

inicial quanto continuada. Essa legislação em todo o conjunto rege a educação das pessoas com deficiência contempladas as necessidades da formação dos professores e das condições estruturais para atender esta clientela que chega à escola e precisa de acolhimento. A LDB sinalizou para uma política educacional tendente a efetuar um nivelamento por baixo: os institutos superiores de educação emergem como instituições de nível superior de segunda categoria, provendo uma formação mais aligeirada, mais barata, por meio de cursos de curta duração. (SAVIANI, 2008, p. 218-221)

Segundo Bernadete Gatti (2010), a educação vem enfrentando um paradoxo. Por um lado, visa oferecer possibilidades de mudanças, por outro revela a obscuridade, em que quanto mais educação se oferece, mais os problemas sociais se avolumam. A “Educação para Todos”, tal como foi preconizada pela autora, requer uma reestruturação dos processos educacionais. O respeito e a valorização da diversidade exigem superação das barreiras arquitetônicas, mas principalmente, atitudinais, criando condições efetivas de aprendizagem e participação a todos e de maneira especial, para os que apresentam algum tipo de necessidade didático- pedagógica diferenciada. Neste aspecto, evidencia-se a necessidade de atenção à formação docente. A autora assevera que a docência não pode ser uma ocupação secundária. Ela constitui o setor nevrálgico nas sociedades contemporâneas. “A função social da escola é ensinar as novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas decorrentes da vida civil” Gatti (2010, p. 1375).

A autora ainda relata que a formação de profissionais para a educação básica tem que partir de seu campo de prática e agregar a este os conhecimentos necessários selecionados como valiosos, em seus fundamentos e com as mediações didáticas necessárias, sobretudo por se tratar de formação para o trabalho educacional com crianças e adolescentes. De acordo com a Resolução do CNE/CEB N°2 (2001) estabelece que, um profissional especializado para atuar junto aos educandos com deficiência deve desenvolver:

[...] competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (Art. 18, § 2º) (BRASIL, 2001, p. 78).

Desta forma, o objetivo deste estudo foi atingido na medida em que foram sendo reveladas as percepções dos professores sobre as dificuldades no trabalho inclusivo e nas entre linhas clareando a fragilidade da sua formação. Contudo, os professores apresentam ansiedade por apoio no desenvolvimento de seu trabalho. Esta constatação torna este estudo relevante por suscitar discussões a respeito do assunto e desta forma contribuir com estudos já desenvolvidos nesta área, favorecendo a compreensão do processo inclusivo, auxiliando no direcionamento da formação docente contribuindo para o avanço da experiência da educação inclusiva. A pesquisa não trouxe conclusões definitivas. Todavia, espera-se que as inquietações e questões levantadas ao longo deste estudo possam de alguma forma ser útil ao campo da educação e particularmente a reflexão dos professores e de sua formação.

REFERÊNCIAS

ARDOUIN, J., BUSTOS, C., GAYÓ, R., JARPA, M. **Transtornos del lenguaje en la infancia**, 2000. <http://www.udec.cl/~ivalfaro/apsique/des/traslen.html>.

BARBOSA LMS. **A Psicopedagogia no âmbito da instituição escolar**. Curitiba: Expoente; 2001.

BEAR, F. Mark. CONNORS, Barry. **Neurociências: Desvendando o Sistema Nervoso**. 3.ed. Porto Alegre, ARTMED, 2008.

BOSSA, Nádya Aparecida. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BRASIL, **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação**: na área das necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Trad. Edílson Alkimin da Cunha: CORDE, 1994.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 5ª ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de educação Especial**: livro 1/MEC/SEESP- Brasília: a Secretaria, 1994

BRASIL. **Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. PARECER Nº 17/2001 – **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.**

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial** Brasília: Ministério da Educação e Desporto/ Secretaria de Educação Especial - 1998.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 2 de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.**

BRASIL. Resolução n. 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares **Nacionais para a Educação especial na educação básica. Brasília: Ministério da Educação. 2001.**

CASANOVA, J. P. e col. **Manual de Fonoaudiologia.** Porto Alegre: artes Médicas, 1992.

CENTRO SUL-BRASILEIRO DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO - CENSUPEG. **Neuropsicopedagogia Clínica.** Disponível online em: http://www.censupeg.com.br/censupeg_site/index.php/onde-atuamos/sc/89-neuropsicopedagogia-clinica Acesso em 10/07/2018.

COLL, César; MARTÍN, Emília. **O construtivismo na sala de aula.** 6. ed. Itapeverica: Ática, 2006.

DEHAENE, Stanislas. **Os Neurônios da Leitura:** Como a Ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

FERNÁNDEZ, Alícia. **A inteligência aprisionada** - abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. 2ª reed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1991.

FERNANDEZ, Ana C. G. **Aportes de la Neuropsicopedagogía a la pedagogía.** La visión de Jennifer Delgado em: Desmistificación de la Neuropsicopedagogía. Colômbia, ASOCOPSIP, 2010. Disponível em <http://licenciadospsicologiaypedagogia.blogspot.com/2010/02/aportes-de-la-neuropsicopedagogia-la.html> Acesso em 15/07/2012.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências**. Porto Alegre: Artes Médicas, c1994.

GATTI, Bernadete. **Formação de Professores no Brasil: Características e Problemas**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out-dez. 2010.

GAZZANIGA, Michel S.; IVRY, Richard B.; MANGUN, George R. **Neurociência Cognitiva**. A Biologia da Mente. 2 ed. Trad. Angelica Rosat Consiglio et all. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HENNEMANN, Ana L. **Neuropsicopedagogia Clínica: Relatório de Estágio**. Novo Hamburgo: CENSUPEG, 2012.

HERCULANO-HOUZEL, Suzana. **O cérebro nosso de cada dia: descobertas da neurociência sobre a vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

ISSLER, S. **Articulação e Linguagem**. Antares, 1983.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 3 51 p.

PIMENTA, S.; ANASTASIOU, L. **Docência na Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PATTO, Maria H. S. **A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia**. 4 reimpressão. São Paulo: Ed. T. A. Queiroz Ltda., 1996.

PIMENTA, S.; ANASTASIOU, L. **Docência na Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PLANK, D. **Os interesses público e privado na Educação Brasileira: males crônicos, soluções longínquas**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 72, n. 170, p. 31-44, 1991.

ROTTA, Newra T. OHLWEILER, Lygia. RIESGO, Rudimar dos Santos . **Transtorno de Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

RUBINSTEIN Apud SCOZ:2007. **FONTE:** <http://site.psicopedagogia-sp.com/neuropsicopedagogia.html>.

RUSSO, Rita Margarida Toler. **Neuropsicopedagogia Clínica: Introdução, Conceitos, Teoria e Prática.** Curitiba: Juruá, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e Teoria.** Campinas, Autores Associados, 2008.

SBNPP. **O que é Neuropsicopedagogia.** Joinville: Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia, 2016.

SBNPp. **Código de Ética Técnico Profissional da Neuropsicopedagogia.** Disponível online em: www.sbnpp.com.br

SBNPp. **O que Neuropsicopedagogia.** Disponível no site: <http://www.sbnpp.com.br/o-que-e-neuropsicopedagogia/> .

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa. **Noções de competência: possíveis evidências.** Educação por Escrito, PUCRS, v. 2, n. 2, p. 42, jan. 2012.

SISTO, F. F. **Aprendizagem e mudanças cognitivas em crianças.** Petrópolis: Vozes, 1997.

SISTO, F. F. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar.** Petrópolis: Vozes, 1996.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

VIGOTSKY, L. S. L. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem.** São Paulo: Ícone/Edusp, 1988.

ZIMMERMANN, E. C. **INCLUSÃO ESCOLAR**, 2008. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/inclusao-escolar/5190/>>. Acesso em 30 nov. 2018.

